



Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

***Representações sociais sobre a  
delinquência juvenil:  
Estudo comparativo entre duas  
amostras de estudantes pós-  
graduados***

**Sandra Maria Nogueira Vieira**

Nome do Orientador: Professora Doutora Catarina Casanova

Nome do Coorientador: Professora Doutora Dália Costa

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
Em Antropologia

Lisboa  
2014

VALORIZAMOS PESSOAS

## RESUMO

O presente estudo pretende compreender as representações sociais da delinquência juvenil sob a perspetiva de duas amostras distintas de estudantes pós-graduados: os alunos da Pós-Graduação em Antropologia Biológica e Forense (ABF) e os alunos da Pós-Graduação em Criminologia e Reinserção Social (CRS), da Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UL-ISCSP), no ano letivo 2011/2012.

O nosso universo foi constituído pelos estudantes das duas Pós-Graduações já mencionadas ( $N_{(ABF)}= 09$  e  $N_{(CRS)}=06$ ). Enquanto no primeiro caso (ABF) foi possível trabalhar com o universo ( $N=09/09$ ), no segundo (CRS) apenas uma amostra respondeu ao questionário em questão ( $N=05/06$ ). Com a aplicação do questionário pretendemos compreender qual a imagem que os estudantes constroem sobre a delinquência juvenil, isto é, sobre a prática de factos antissociais na fase da adolescência.

Na generalidade a amostra dos estudantes da PG-CRS revelou ser menos tolerante comparativamente à amostra de estudantes da PG-ABF, no que respeita aos comportamentos dos adolescentes que transgridem as normas sociais. Ambas demonstram estar conscientes da gravidade que a delinquência representa na adolescência, sendo os alunos de CRS, os mais suscetíveis a ter em consideração a gravidade nas questões relacionadas com as normas legais.

**Palavras-chave:** Delinquência juvenil, representações sociais, comportamento desviante, comportamento inadequado, adolescência.

## ABSTRACT

This study aims to understand the social representations of juvenile delinquency under the perspective of two groups of post-graduate students: the students that were enrolled in the Graduate Diploma in Biological Anthropology and Forensic (ABF) and the students enrolled in the Graduate Diploma in Criminology and Social Reinsertion (CRS) both taught at the Technical University of Lisbon – School of Social and Political Sciences (UTL – ISCSP), during the academic year 2011/2012.

Our universe was formed by students of both graduate programs already mentioned ( $N_{(ABF)} = 09$  and  $N_{(CRS)} = 06$ ). While in the first (ABF) it was possible to work with the universe ( $N=09/09$ ) in the second case (CRS) just a sample responded to the questionnaire presented ( $N=05/06$ ). With the questionnaire we want to understand what image our students build on juvenile delinquency in adolescence.

In general students of PG-CRS are less tolerant view of the PG-ABF, as regards the behavior of adolescents who transgress social norms. Demonstrate both be aware of the gravity that delinquency is adolescence, and students of CRS, the most susceptible to gravity on issues related to legal norms.

**Keywords:** Juvenile delinquency, social representation, deviant (maladaptive) behaviour, adolescence.

### **Agradecimentos**

Às minhas orientadoras, Professora Doutora Catarina Casanova e Professora Doutora Dália Costa, uma palavra de agradecimento muito especial, pelo método e forma como me orientaram neste estudo. Pela motivação, coragem imprimida e amizade dedicada, assim como pela paciência, orientação clara e objetiva. Por me fazerem acreditar que era capaz mesmo quando surgiram dúvidas, sem o seu apoio e incentivo seria impossível alcançar este objetivo. Obrigada, pela transmissão do vosso conhecimento, que me fez acreditar que tudo é possível neste período atribulado da minha vida.

Um agradecimento igualmente especial aos estudantes das PGs de Antropologia Biológica e Forense e de Criminologia e Reinserção Social, pela partilha e pela colaboração na execução deste estudo.

E a todos aqueles que me ajudaram a levar a bom porto esta investigação, para a Fátima, a Mónica, a minha irmã Vera e os meus pais, pela amizade, incentivo e paciência que tiveram comigo, nesta etapa da minha vida, o meus sincero agradecimento.



## Índice

Resumo	
<i>Abstrat</i>	II
Agradecimentos	III
Índice de Abreviaturas	VII
Lista de Gráficos	VIII
Lista de Tabelas	IX
<b>Parte I – Introdução</b>	<b>1</b>
1. Apresentação do tema	2
2. Enquadramento teórico-conceitual	4
2.1 Juventude e Delinquências	5
2.1.1 Delinquência Juvenil	7
2.1.1.1 Enquadramento legal	12
2.1.1.2 Dados Estatísticos sobre Delinquência Juvenil em Portugal	13
2.1.2 Comportamento Inadaptado: perspetiva antropológica	15
2.2 Representação social e alteridade	21
3. Problema e hipóteses de pesquisa	26
<b>Parte II - Material e Métodos</b>	<b>28</b>
4. População e amostra de estudo	29
5. Técnicas de recolha de dados	29
5.1 O inquérito por questionário	30
6. Análise e tratamento de dados	31
7. Limitações do estudo	33
<b>Parte III – Resultados</b>	<b>35</b>
8. A amostra: idade, género, pós-graduação e naturalidade	36
9. Representação social da delinquência juvenil	37
9.1 Análise de conteúdo: significado atribuído à delinquência juvenil	37

9.2 Atitudes e comportamentos delinquentes	39
<b>Parte IV - Discussão dos resultados</b>	<b>55</b>
<b>Parte V - Considerações finais</b>	<b>62</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>64</b>
<b>Anexos</b>	<b>75</b>
Anexo A - Formulário do Inquérito por Questionário	
Anexo B - Resultado do teste para a normalidade	

## **Índice de Abreviaturas**

ABF - Antropologia Biológica e Forense

CRS - Criminologia e Reinserção Social

ISCSP-UL - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade de Lisboa

PG - Pós-Graduação

PG-ABF - Pós-Graduação de Antropologia Biológica e Forense

PG-CRS - Pós-Graduação de Criminologia e Reinserção Social

PGs – Pós-graduações

LTE - Lei Tutelar Educativa

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 - Retirar dinheiro da carteira dos pais sem conhecimento dos mesmos	41
Gráfico 2 - Sair à noite, sem permissão da casa dos pais	41
Gráfico 3 - Fugir de casa	41
Gráfico 4 - Mentir aos pais para evitar um castigo	41
Gráfico 5 - Apoderar-se da caneta ao colega da escola sem autorização porque se esqueceu da sua	43
Gráfico 6 - Tirar o lanche ao colega de turma por ter fome	43
Gráfico 7 - Jogar jogos no telemóvel na sala de aulas	43
Gráfico 8 - Perturbar os colegas e professores na sala de aulas	43
Gráfico 9 - Copiar nos testes da escola	44
Gráfico 10 - Fumar na escola e incentivar os colegas a fumar também	44
Gráfico 11 - Grafitar edifícios públicos	47
Gráfico 12 - Vandalizar jardins, lixeiras e bancos de jardim	47
Gráfico 13 - Ouvir musica muita alta, durante a noite incomodando os vizinhos	48
Gráfico 14 - Pegar na bicicleta do vizinho para dar uma volta sem autorização e devolver a seguir	48
Gráfico 15 - Fazer pontaria com a fisga ao gato do vizinho idoso por diversão	48
Gráfico 16 - Consumir drogas ilegais para a sua integração no grupo de amigos	50
Gráfico 17 - Roubar uma coca-cola <sup>®</sup> do supermercado e consumir sem pagar	50
Gráfico 18 - Brincar com os amigos com a espingarda do pai/avô	50
Gráfico 19 - Andar de transportes públicos sem bilhete	50
Gráfico 20 - Roubar a bicicleta do vizinho, para vender	52
Gráfico 21 - Roubar o rádio/CD de um carro	52
Gráfico 22 - Usar armas brancas	52
Gráfico 23 - Usar armas de fogo	52
Gráfico 24 - Ter práticas de prostituição, para ter dinheiro	53
Gráfico 25 - Conduzir um veículo sem carta de condução	53
Gráfico 26 - Consumir álcool ao fim-de- semana	54
Gráfico 27 - Oferecer heroína aos amigos	54

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Distribuição da amostra por: idade, gênero, pós-graduação e naturalidade	36
Tabela 2 – Associação de palavras à delinquência juvenil: ABF e CRS (Total 42 palavras)	37
Tabela 3 - Associação de palavras à delinquência juvenil em ABF	38
Tabela 4 - Associação de palavras à delinquência juvenil em CRS	39
Tabela 5 - Tolerância às normas sociais na adolescência (frequências totais)	39
Tabela 6 - Família	42
Tabela 7 - Sob a escola	44
Tabela 8 - Média (M), Mediana (M <sub>e</sub> ) e Desvio Padrão (DP) das respostas do questionário (Tolerância dos comportamentos)	45
Tabela 9 - Gravidade associada às normas legais na adolescência (frequências totais)	46
Tabela 10 - Média (M), Mediana (M <sub>e</sub> ) e Desvio Padrão (DP) das respostas do questionário (Gravidade do comportamento)	46
Tabela 11 - Delinquência no bairro e na vizinhança	49
Tabela 12 - Tempos livres e grupo de pares	51
Tabela 13 - Delinquências	53
Tabela 14 – Consumo de aditivos e/ou abusivos	54

**PARTE I**  
**INTRODUÇÃO**

*Os jovens estão todo o tempo a expressar ou a tentar expressar algo sobre a sua atual ou potencial «significância cultural»*

(Paul Willis 1990:1)

## **1. Apresentação do tema**

A delinquência juvenil pode ser compreendida pelo conjunto de *todos os comportamentos problemáticos que se manifestam no decurso de transição dos jovens para a vida adulta, sendo entendidos como comportamentos de quebra de condutas sociais convencionais que o indivíduo manifesta decorrentes de um processo de socialização juvenil* (Dickes e Hauman 1966 in Carvalho 2003:27).

A quebra das condutas sociais está associada a expressões jurídicas. Fala-se em *delinquência* quando estamos perante comportamentos ilícitos, que não estão de acordo com o código de conduta estabelecido pela sociedade de determinado espaço geográfico e com os preceitos morais socialmente estabelecidos (Costa 1999), remetendo para a consideração dos quadros normativos e jurídicos em vigor (conforme se aprofunda no Capítulo I deste trabalho).

Nem todos os adolescentes que cometem delitos são conotados como delinquentes *nem todos os delitos são apropriados para adquirir essa identidade social* (Martins in Carvalho 2003:29). Por outras palavras, existem indivíduos que nunca transgrediram as regras da vida em sociedade, indivíduos que se restringem à transgressividade normativa considerada típica do adolescente e, ainda, aqueles que desde muito cedo apresentam uma conduta desviante, mais ou menos grave com recurso maior ou menor à violência, prolongando-se a mesma pela idade adulta.

A delinquência juvenil é percepcionada como um fenómeno de forte visibilidade social. Diversos estudos, em diferentes contextos, têm divulgado *enquanto que a maioria dos adolescentes poderá envolver-se, ainda que ocasionalmente, em atividades antissociais só um número restrito apresentará comportamentos delinquentes graves e persistentes* (Negreiros 2008:7). No entanto, têm-se registado alterações no padrão da delinquência em função de diferentes períodos históricos, sociais e económicos, fazendo emergir novas formas de delinquência, como por exemplo os crimes que fazem uso das novas tecnologias (principalmente da internet).

Assim, propõem-se estudar o conteúdo e a estrutura das representações sociais da Delinquência Juvenil na adolescência, sob a perspectiva de dois grupos de estudantes universitários. O objetivo da pesquisa consiste em compreender o significado atribuído por estes estudantes aos comportamentos delinquentes/delinquência juvenil, ou seja, a conduta equivalente ao crime cometida pelos adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos.

Pretende-se perceber até que ponto estes comportamentos estão associados à delinquência na imagem perceptiva que cada indivíduo constrói sobre estas matérias. Como consequência da crescente preocupação que determinadas atitudes dos jovens se têm vindo a traduzir em estilos de vida adotados [ex.: o uso de substâncias legalmente consideradas ilícitas para os adolescentes como fumar substâncias proibidas, ingerir bebidas de alto teor alcoólico (*shoots* e bebidas *brancas*) de modo irresponsável (*binge drinking*), o uso de drogas e até do envolvimento em pequenos furtos].

A escolha da população e amostra de estudo prende-se com as perspetivas sobre estes comportamentos da parte de estudantes universitários, estudantes de duas Pós-graduações (PGs) com eventuais perceções diferenciadas: estudantes da Pós-Graduação (PG) em Criminologia e Reinserção Social (CRS) e estudantes da PG em Antropologia Biológica e Forense (ABF). O que pensam os sujeitos, estudantes destas pós-graduações, acerca destas práticas? Serão tolerantes, perante práticas de comportamentos delinquentes na adolescência? Ao tornarmos uma representação como algo que é elaborado de uma forma coletiva a partir de diálogos, discursos e práticas diárias, dentro de contextos culturais, técnicos, sociais e religiosos específicos, pode-se supor que as representações são responsáveis pela atribuição de um conjunto de atitudes e julgamentos. As perceções e representações sociais atribuem significado e coerência ao universo vivido e expressam-se na forma como são comunicadas, servindo como pano de fundo para as atitudes dos indivíduos (Jodelet 1989; Moscovici 1961, 1976, 1978, 2001; Marques 1997; Vala 1996; Clemence 2003).

Se por um lado, é esperado que os estudantes da PG-CRS possam exibir uma visão mais tolerante do comportamento adolescente desviante (uma vez que a referida PG se encontra sobretudo inserida numa perspetiva mais voltada para o Serviço Social), por outro, esperamos que a visão dos estudantes da PG-ABF passe pela demonstração de uma perspetiva do comportamento desviante na adolescência como meramente técnica e mais *formal* do ponto de vista do crime, possivelmente mais legalista e menos voltada para as questões concretas da importância da reabilitação e reinserção social.



As representações sociais enquanto sistema de interpretação capaz de conduzir a nossa relação com o mundo e com os outros, orientam e organizam as condutas e o processo de comunicação social. A escolha das representações, sobre a delinquência juvenil, como tema de investigação em Antropologia obedeceu a dois critérios essenciais: em primeiro lugar, ao interesse profissional e académico pelo comportamento desviante na adolescência. Decorrendo este desde a *Pós-graduação em Criminologia* realizada no ano letivo de 2007/2008 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, na qual foram realizados alguns trabalhos de investigação sobre este assunto. Em segundo lugar, o objetivo de tentar desenvolver novos conhecimentos sobre a forma como são percebidas as representações sociais da delinquência juvenil.

Temos consciência que, em Portugal, a Antropologia pouco se tem debruçado sobre o estudo das práticas desviantes dos jovens. Procuramos assim aprofundar e contribuir, ainda que modestamente, para o conhecimento antropológico nesta área. De facto, a Antropologia como ciência direccionada para o estudo do ser humano tem uma perspectiva holística integrando diferentes abordagens, apresentando o seu contributo para a compreensão da espécie humana e muitos dos seus comportamentos, (...) *a antropologia é uma ciência mais globalista na medida em que, metodologicamente, não procura apenas estudar o ser humano numa só dimensão ignorando todas as outras* (Casanova 2006:17).

## **2. Enquadramento teórico-conceitual**

*(...) delinquir ou não delinquir, transgredir ou cooperar não são fruto do acaso, antes consequências de redes relacionais e das interações estabelecidas entre os sujeitos, os seus pretéritos e as suas referências, afiliações, vínculos e integrações contextuais; e, frequentes vezes, devem referir-se as funções de condicionadores de comportamentos, endógenos ou exógenos do sujeito* (Poiars 2006:151).

Para entender a delinquência juvenil e a forma como esta é interpretada pelos outros (representação social) consideramos importante abordar neste capítulo temas como a juventude, a própria delinquência juvenil, o seu enquadramento legal, dados estatísticos do nosso país, assim como a apresentação deste comportamento numa perspectiva mais antropológica.

## 2.1 Juventude e Delinquências

A juventude apesar de ser identificada como uma etapa da vida e ser explicada em termos etários, isto é, da idade dos sujeitos está longe de ser uma realidade biológica. Constrói-se em contexto de profundas transformações culturais, sociais e económicas que pode induzir a um desvio nos comportamentos nas etapas de transição para a idade adulta, tornando-se numa condição de risco. Na perspetiva de Bucholtz (2002:528) [...] *o estudo antropológico da adolescência é uma busca de generalizações e variações transculturais nas características biológicas, psicológicas e sociais desta categoria universal.*

O aparecimento da juventude, enquanto período da vida com características próprias, distinta da idade adulta, tem o seu início no século XIX, mais precisamente com o crescimento de uma sociedade industrial, urbana e complexa que deu origem a uma separação entre a vida privada e a pública e com um reforço dos afetos na constituição das famílias. Os estudos antropológicos que se debruçam sobre a adolescência incidem sobretudo no momento de transição em direção à vida adulta (Bucholtz 2002).

No entanto, existem autores que conferem pouca atenção à juventude enquanto cultura específica (Amit-Talai 1995, Bucholtz 2002, Feixa 1999, 2006). Quando abordada, esta temática aparece ligada ou incluída em temáticas como: o parentesco, a aculturação, considerada uma categoria bio-cultural, uma altura de transição, de passagem de um marco na história de vida para outro marco. Esta passagem é acompanhada de rituais de passagem específicos, que edificam objetos da Antropologia. Bucholtz (2002) explica esta situação também pela Antropologia Clássica se ter dedicado ao estudo das denominadas culturas primitivas e pelo papel dado aos jovens neste contexto.

Assim, os jovens são principalmente observados como agentes em transição. Não sendo totalmente portadores de uma cultura, encontram-se num tempo e espaço de ambiguidades, para um processo de construção de identidade cultural. São atores passivos e aculturais, com um estatuto periférico pela distância que os separa da cultura da comunidade, que é entendida como uma cultura adulta. A não manifestação da diferença equivale ao esquecimento, à subjugação da voz, à autoridade da cultura dominante (Campos 2007). Desta forma, a juventude só adquire personalidade cultural quando se torna de alguma forma exótica e conflituosa, por oposição a uma cultura dominante adulta. De alguma forma, a juventude na cultura ocidental, assume o papel de *Outro*, pela natureza liminar, periférica e subalterna, que caracteriza a sua posição na estrutura social (Campos 2007).

Ao longo do século XX a Antropologia dedicou-se principalmente ao *outro* não ocidental. Wulff (1995) defende que a análise das culturas juvenis levanta questões atuais nos debates antropológicos. As relações entre atividades culturais fortemente localizadas, as práticas, os produtos translocais, os contextos sociais de significado, a reprodução cultural, a globalização ou a relação dos antropólogos com coletividades e construções culturais são mais breves que permanentes.

Para Claes (1985) e Medeiros (2000) a Antropologia Cultural tem um papel importante para entender a juventude, não deixando de parte os factores biológicos. É conhecido o clássico da etnografia de Margareth Mead sobre a adolescência numa cultura não ocidental (Samoa). A Antropologia dedicou-se às questões de género, de classes de idade e respetivos rituais de passagem entre essas mesmas classes de idade e os seus papéis sociais. No seu estudo (1963), com jovens na ilha Samoa e da Nova Guiné, Mead concluiu que a adolescência seria um momento encantador da vida e não um período de agitação e tensão (ao contrário do que era relatado em contextos mais *ocidentalizados*). Mais tarde, viria a alterar a sua posição em relação ao relativismo cultural, admitindo a existência de alguns aspetos universais do desenvolvimento, como a latência e a herança biogenética (Medeiros 2000).

O antropólogo austríaco Freeman (1983), seis anos depois da investigação na parte ocidental da ilha Samoa, coloca em causa a perspetiva de Mead ao encontrar, ao invés da autora, mais violência e repressão sexual. Os estudos de Levine e Levine (enquadrados dentro da ecologia e adaptação humana, uma subárea da Antropologia Biológica), datados de 1966, realizados numa tribo do Quénia, revelam que a transição da infância para a vida adulta era muito rápida e marcada por um ritual de passagem. Já Ruth Benedict (1938 *in* Medeiros 2000) defendeu que a questão da existência ou não de uma crise universal na adolescência dependia do processo de enculturação, isto é, da continuidade dos papéis na infância, na adolescência e na idade adulta.

Por outro lado, a antropologia social contribuiu significativamente neste domínio ao centrar na sociedade o princípio da explicação do indivíduo. Esta aproximação defende que quando as divergências entre o conjunto de normas sociais impostas às crianças e aos adultos são escassas, a passagem para a vida adulta ocorre sem incidentes (Campos 2007). Ao contrário de sociedades onde cada grupo etário tem papéis sociais diferenciados, essa passagem será marcada por períodos de transição que poderão implicar ritos de passagem, conflitos intra e inter individuais. Neste contexto a antropologia cultural, privilegia os aspetos culturais, em detrimento do biológico no que respeita à adolescência (embora a Antropologia,

na sua perspectiva globalista, não esqueça que existem factores biológicos associados à mesma). Para a antropologia cultural mais limitada do ponto de vista da integração dos conhecimentos e diálogos inter e transdisciplinares, os comportamentos considerados como *naturais* na adolescência estarão associados sobretudo a padrões culturais e não a condições fisiológicas.

Neste contexto as manifestações culturais atuais, de situações não ocidentais e de categorias juvenis em construção, merecem um destaque crescente na Antropologia (Campos 2007). Os estudos têm demonstrado como a condição social dos adolescentes se encontra em construção nas sociedades não ocidentais, até há pouco tempo relativamente isoladas e tradicionais, fruto dos fenómenos de crescente e rápida urbanização, migrações internas, massificação do consumo, expansão do turismo e globalização. Tanto a abordagem da construção de uma categoria socio-cultural (e bio-cultural) definida como *teenager* em Kathmandu (Liechty 1995), os *Masta-Liu* nas ilhas Salomão (Jourdan 1995), a música *rai* argelina (Schade-Poulsen 1995), os *Chavos Banda* mexicanos (Feixa 1999, 2006), como as expressões juvenis de uma etnicidade em construção no mundo ocidental pós-colonial (Sansone 1995, Fradique 2003), a Antropologia Cultural tem dedicado maior atenção à complexa relação entre os conceitos mais tradicionais de cultura, etnicidade, território e às novas conceptualizações que estão em torno de processos de globalização e práticas culturais.

### 2.1.1 Delinquência juvenil

O termo *Delinquência Juvenil* data de 1815 em Inglaterra, *quando cinco crianças entre oito e doze anos de idade foram condenadas à morte. Comovido pelo ocorrido Peter Bladford funda uma sociedade para a prevenção da delinquência juvenil no sentido de investigar as causas do fenómeno. Em 1826, educadores e filantropos norte-americanos desenvolveram uma iniciativa semelhante. Porém foi a primeira década do século XX que os juristas dos EUA resolveram criar tribunais especiais para julgar os menores acusados de terem cometido qualquer ato ilegal* (Bolsanello e Bolsanello 1991:78).

A delinquência juvenil pode ser entendida como [...] *todo o tipo de infração criminal que ocorre durante a infância e a adolescência. Num sentido mais restrito, a delinquência envolve o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação a menores que cometem infrações criminais ou que se encontram em situações ou*

*exibem comportamentos potencialmente delinquentes, nomeadamente nos casos em que existe grave negligência familiar ou em que as crianças ou adolescentes revelam comportamentos desviantes e desajustados da realidade psicossocial do grupo etário a que pertencem. Embora estes comportamentos desviantes e desajustados possam não constituir, em rigor, infrações criminais, remetem, no entanto, para a mesma realidade social que o conceito de «delinquência juvenil» procura descrever e caracterizar (Ferreira 1997:916).*

O conceito de *delinquência juvenil* não apresenta uma definição unânime. A título de exemplo: Ceolin (2003) faz referência aos jovens que em algumas culturas são chamados de *delinquentes* ou *marginais*. O adolescente *em conflito com a lei* apresentado por Nardin (2010) para expressar outros termos que podem ser utilizados fornecendo o significado de algo momentâneo e passageiro. Ou simplesmente, comportamento antissocial, perturbação do comportamento, comportamento desviante e desvio social (Faria 2008, Fonseca 2004, Leukefeld *et al.* 1998, Luzes 2010, Marcotte *et al.* 2002, Negreiros 2008, Carvalho 2005).

Nas últimas décadas do século XX foram muitos os estudos que abordaram esta temática. As investigações tiveram por base estatísticas oficiais sobre a delinquência juvenil (Bender e Losel 1997, Jonson-Reid e Barth 2000, Loeber *et al.* 2001, Mulvey *et al.* 1993), assim como estudos epidemiológicos, transversais e longitudinais (Crosnoe *et al.* 2002, Espiritu *et al.* 2001, Fergusson *et al.* 2004, Jessor *et al.* 1995, Peiser e Heaven 1996).

Dickes e Hauman (1966 *in* Carvalho 2003), e Pingeon (1982) referem-se à delinquência juvenil como um parâmetro do processo normal de socialização, no qual, *todos os comportamentos problemáticos que se manifestam no decurso da transição dos jovens para a vida adulta, sendo estes entendidos como os comportamentos de quebra das condutas sociais convencionais que o indivíduo manifesta decorrentes de um processo de socialização juvenil* (Dickes e Hauman 1966 *in* Carvalho 2003:27).

Negreiros (2008:12) entende a delinquência juvenil como um comportamento antissocial, que abrange *uma vasta gama de atividades como atos agressivos, furto, vandalismo, fugas ou outros comportamentos que traduzem, de um modo geral, uma violação das normas ou de expetativas socialmente estabelecidas*.

Clarke e Cornish (1985), mencionam-na como um comportamento intencional que serve para a satisfação de necessidades correntes de dinheiro, *status* e sexo, o que implica tomar decisões que permitam satisfazer estas necessidades.

Silva e Hutz (2002) expõem a delinquência juvenil como uma perturbação psicossocial do desenvolvimento, que deve ser compreendida pela sua complexidade, já que a

sua manifestação ocorre a partir de factores contextuais, biológicos e sociológicos. Para Freilich *et al.* (1991) e Gouveia-Pereira (2009) corresponde ao comportamento de desvio às normas e regras sociais, no qual determinadas atitudes ocorrem casualmente no percurso de vida dos jovens, enquanto outros fazem parte da experimentação e aparecem sobretudo no decorrer da adolescência considerando-se mais frequentes, mas menos graves para a vida em sociedade. Pode ser considerada como uma *saída – mais ou menos frequente – para a difícil ultrapassagem, sem acidentes, da etapa maturativa da adolescência* (Coimbra de Matos 1977:74).

Na perspetiva de Fréchette e Le Blanc (1987) a delinquência é entendida como regressiva e extensiva. A delinquência regressiva é transitória, embora possa ser intensa e grave, uma vez que desaparece na segunda metade da adolescência. Define-se essencialmente como um comportamento de ensaios e erros, um ritual de passagem, que não impede o adolescente de se integrar na sociedade em que está inserido. Ao contrário, a delinquência extensiva é caracterizada por atos delinquentes de início precoce, que persistem e se desenvolvem segundo um processo específico de agravamento, exprimindo um modo de funcionamento dissocial. Segundo os autores (op. cit.), este tipo de evolução da atividade transgressiva seria visto como um precursor para a criminalidade adulta.

Por outro lado, Moffitt (1993) desenvolveu uma taxonomia da delinquência, efetuando a distinção entre o comportamento antissocial limitado à adolescência e o persistente ao longo da vida. Tal sugere a existência de dois tipos de delinquentes diferentes: os *adolescente-limited offenders* e os *life-course persistent offenders*. O primeiro tipo caracteriza-se geralmente por um início de passagem ao ato na adolescência. Pode ocorrer, devido aos interesses materiais, de prestígio ou de adesão a um grupo. Além disso, a desistência da delinquência faz-se regularmente à saída da adolescência, pela maturidade alcançada pelos jovens ao longo do seu desenvolvimento. Tal maturidade permite-lhes alcançar uma maior consciência dos riscos e custos associados a este tipo de condutas e ao estabelecimento dos compromissos inerentes a esta fase, modificando o seu comportamento (Loeber *et al.* 2003, Moffitt 1993, Moffitt *et al.* 2002, in Simões *et al.* 2008). A delinquência persistente tem um início precoce, estando mais associada à infância, e mantém-se para além do final da adolescência, culminando em carreiras desviantes (Born 2005, Loeber *et al.* 2003, Moffitt 1993, Moffitt *et al.* 2002 in Simões *et al.* 2008). A continuidade é característica dos indivíduos que manifestam uma tendência para a atividade delituosa persistente, ao passo que

a descontinuidade diz respeito aos indivíduos com uma atividade antissocial limitada à adolescência ou partes da mesma (Negreiros 2008).

Diversos estudos mostram que o comportamento delinquente surge com maior frequência entre os 12 e os 17 anos de idade (Farrington 1987, Le Blanc 2003, Moffitt e Caspi 2001 *in* Simões *et al.* 2008, Loeber *et al.* 2003, Marcotte *et al.* 2002). Começa no momento em que o adolescente passa por uma reorganização interna e uma afirmação de valores subjacentes à sua personalidade. Aos 17 anos de idade os comportamentos antissociais apresentem maior relevância (Farrington 1987, Le Blanc 2003, Moffitt e Caspi 2001 *in* Simões *et al.* 2008, Loeber *et al.* 2003, Marcotte *et al.* 2002). Segue-se então uma descida da frequência dos mesmos com o fim da adolescência e, consequente entrada na vida adulta (Negreiros 2008) entre os 20 e os 29 anos (Serra 2006). De acordo com Fréchette e LeBlanc (1987), 92,8% dos jovens admite ter cometido pelo menos um ou mais atos delinquentes durante este período (entre os 12 e os 17 anos). Neste sentido, a importância da relação entre a idade e o crime é entendida por muitos investigadores, como uma forma de estudar esta atividade em função da idade do início deste tipo de comportamentos, sendo as tipologias de Fréchette e LeBlanc (1987) e de Moffitt (1993) das mais referenciadas neste domínio.

Se os resultados dos estudos criminológicos têm, de uma forma bastante consistente, identificado variáveis individuais que caracterizam no global o comportamento delinquente, como sejam, a preponderância de jovens do sexo masculino, comparativamente com o sexo feminino, a tendência para início da atividade delituosa se situar por volta dos 14 anos e ainda a propensão para o pico da atividade delinquente se evidenciar por volta dos 17-18 anos (Caspi 2000, Loeber *et al.* 1998, Moffitt 1993, Patterson e Yoerger 2002), estas variáveis parecem ser, no entanto, insuficientes para explicar o comportamento antissocial na infância e adolescência (Lemos 2010)

Uma questão essencial é posta pela idade quando relacionada com a carreira delinquente. Esta é uma relação que importa referir, dado constatar-se que os jovens delinquentes cada vez mais novos, cometem crimes mais violentos (Loeber *et al.* 2003, McGarrell 2001 *in* Huynh-Hohnbaum 2003). Estes apresentam maior risco de reincidência e maior tendência para seguir uma *carreira* delinquente na idade adulta (Chaiken e Chaiken 1982 *in* Huynh-Hohnbaum 2003), traduzindo-se numa questão importante e de intervenção por parte da sociedade.

Importa fazer uma pequena distinção entre o comportamento antissocial e comportamento delinquente. Os comportamentos antissociais englobam os comportamentos que violam as normas e expectativas sociais, não sendo necessariamente ilegais. Por outro lado, o chamado comportamento delinquente, remete-nos para os comportamentos que violam as leis, estando tipificados como crime pela lei penal (Pral 2007).

Assim, poder-se-á afirmar que nem todos os jovens que cometem delitos são conotados de delinquentes. Na perspetiva de Silbereisen *et al.* (1987), alguns dos comportamentos anti-normativos podem ser vistos como uma tentativa dos jovens ultrapassarem dificuldades típicas da adolescência, não chegando a condutas de delinquência crónica. Apesar de não serem puníveis legalmente, transgridem as normas sociais e são consideradas inaceitáveis em determinadas idades designadamente, o abuso de substâncias lícitas, por exemplo: tabaco, álcool, medicamentos (Agra e Matos 1997, Ferreira 1999, Matos 1996), transgredir as regras da escola, copiar nos testes, agredir fisicamente os colegas, faltar às aulas, ou perante a família desobedecer ou mentir aos pais (Barreto 2010, Carvalho 2005, Vettenburg 1999).

Para muitos adolescentes o comportamento desviante torna-se algo comum, necessário para o desenvolvimento e aprendizagem, sendo uma forma de aquisição de novas formas de socialização (Benavente 2002, Moffitt e Caspi 2000 *in* Matos *et al.* 2009, Serra 2006). Numa perspetiva ampla, condutas como: realizar chamadas telefónicas anónimas, faltar às aulas, beber bebidas alcoólicas, lançar falsos alarmes ou fugir de casa são condutas próprias de idades da descoberta (Sampaio 2010). Segundo Negreiros (2008) embora a maioria dos adolescentes possa envolver-se em atividades antissociais, só um número muito restrito apresentará comportamentos delinquentes graves e persistentes na idade adulta.

Por outro lado, traduzem-se em desvio das condutas juvenis os comportamentos que constituem violações das normas legais, como atos agressivos, furto, vandalismo, fugas, uso de armas, venda de droga, conduzir sem carta de condução, entre outros comportamentos, que representam, de forma genérica uma violação das normas ou expectativas estabelecidas pela sociedade (Matos 2002, Rutter *et al.* 2000, Negreiros 2008, Sá 2002, Vermeiren 2003).

Na verdade, estes comportamentos ocorrem antes do jovem ter atingido a idade da responsabilidade criminal. Desta forma, quer sejam cometidos atos ilegais, ou apenas uma transgressão à norma, não podem ser punidos criminalmente devido à idade dos sujeitos que os praticam (Binder *et al.* 2001).



Neste seguimento, Vettenburg (1999) expõe quatro categorias de delinquência: a ameaça física como a agressão, o assalto e o assédio, formas de comportamento antissocial, incluindo roubo, vandalismo e uso de drogas, crimes relacionados com o estatuto, como faltar à escola, ir a cafés e clubes, fugir e, por último o comportamento desviante relacionado com a escola, por exemplo fumar nos intervalos e no fim das aulas.

De acordo com Wolfgang *et al.* (1972), cerca de 6% dos rapazes nascidos em Filadélfia em 1945 e 18% dos delinquentes adolescentes, tinham cometido 52% do conjunto de crimes que resultaram em detenção, verificados neste grupo de estudo. Considerando neste caso que uma pequena parte dos jovens é responsável por metade dos delitos cometidos em determinada geração, é importante pensar que estes adolescentes tenham características específicas, isto é, distintivas. A questão do fenómeno de reincidência, é um aspeto importante a ter em conta. De acordo com Cusson (2011), em estudos realizados em Filadélfia, 80% dos jovens que tinham sido detidos três vezes acabavam por reincidir pela quarta vez. Confirmou-se igualmente no mesmo estudo (op. cit.) que jovens que já tinham cometido delitos no passado tinham maior risco/probabilidade de reincidência. Por outro lado, só metade dos adolescentes delinquentes é que se tornou criminoso na idade adulta (Cusson 2011).

Assim, a delinquência juvenil, pode ser então vista de duas formas: como uma transgressão às normas morais: roubar, violar a integridade física e psicológica (Kohlberg *et al.* 1983, Doise 1994) e como um desvio resultante de uma construção social (Durkheim 1900, Fauconnet 1920, Ogien 1995), onde a definição de delinquências e as reações aos atos delinquentes variam de acordo com as preocupações e os valores de cada sociedade.

#### **2.1.1.1 Enquadramento legal**

Um menor delinquente *é todo o indivíduo sujeito à jurisdição do tribunal de menores, isto é, todo o indivíduo que praticou um facto ilícito depois dos 12 anos e antes dos 16 anos, jovem a quem foi aplicada uma medida tutelar educativa* (Costa 1999:100). Os atos delinquentes São transgressões da lei realizadas pelos adolescentes (Feijó e Assis 2004, Shoemaker 2000, Silva e Hutz 2002).

Em Portugal foi no final dos anos 90 do século XX que se desencadeou um processo de reforma da justiça juvenil. Esta reforma aponta para uma distinção entre jovens enquanto agentes de crime: Lei n.º166/99 de 14 de setembro que aprovou a Lei Tutelar Educativa

(LTE); e jovens que necessitam de proteção: Lei n.º147/99 de 1 de setembro que aprovou a Lei de Proteção e Crianças e Jovens em Perigo.

A LTE é aplicada a todos os jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos de idade que tenham praticado um facto qualificado pela lei como crime. No que diz respeito à sanção destas condutas, podem ser distinguidas entre medidas institucionais e não institucionais. Apesar de a lei delimitar a aplicação das medidas a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, a *execução das medidas tutelares pode prolongar-se até o jovem completar 21 anos, momento em que cessa obrigatoriamente* (Artigo 5º da Lei Tutelar Educativa).

#### **2.1.1.2 Dados Estatísticos sobre a Delinquência Juvenil em Portugal**

O Relatório Anual de Segurança Interna refere que no ano de 2009, foram apresentadas 3 479 participações de natureza criminal junto das Forças de Segurança (GNR e PSP), praticadas por indivíduos menores.

No ano de 2010, este número passa para as 3 880 participações. Os dados relativos ao ano de 2011 mostram um significativo decréscimo, quando comparados com o ano anterior. Foram registados, um total de 1 978 casos, representando uma diminuição de 1 902 ocorrências (-49%). No entanto, no ano de 2012 apresentaram um ligeiro aumento, quando comparados com o ano de 2011. Foram registados, um total de 2 035 casos, representando um aumento de 57 ocorrências (+2,88%).

Os números aqui apresentados correspondem a uma grande diversidade de comportamentos, abrangendo desde crimes de injúrias a homicídios. No entanto, apesar das estatísticas não permitirem verificar a gravidade dos crimes registados nem a evolução da mesma, a tendência mais recente (ano de 2012) aponta para um crescimento da criminalidade juvenil.

Também as participações de atos ilícitos cometidos em ambiente escolar feitas ao “Programa Escola Segura” aumentaram. Enquanto no ano letivo 2008/2009 se registaram 4 763 participações, no ano letivo 2010/ 2011, o número passou para 5 762.

Ao longo destes anos a tendência para a maior parte dos atos serem cometidos no interior do espaço escolar mantém-se (cerca de 2/3). Mantiveram-se, ainda, como tipo de ilícitos mais frequentes a *ofensa à integridade física* e os *furtos*. No percurso casa-escola, os alunos têm sido sujeitos, sobretudo, a *ofensa à integridade física; injúrias* ou *ameaças* e *ofensas sexuais*.

De acordo com os dados Estatísticos da Direção Geral de Reinserção Social 6, a 31 de outubro de 2012, estavam internados em centros educativos 267 jovens, dos quais 237 do sexo masculino (DSEP 2012).

No âmbito do *Inquérito Nacional em Meio Escolar*<sup>1</sup> do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, em meio escolar: 3.º Ciclo e Secundário, revela-nos que entre 2006 e 2010 verificaram-se subidas das prevalências de consumo ao longo da vida de várias drogas, designadamente da cannabis (de 8,2% para 8,8%). Em 2011, as prevalências de consumo ao longo da vida de *qualquer droga* foram de 10,3% no 3.º Ciclo e de 29,4% no Secundário. Uma vez mais a cannabis destacou-se com as maiores prevalências de consumo ao longo da vida no 3.º Ciclo (8,6%) e no Secundário (28,2%). Seguiu-se-lhe a cocaína e o ecstasy no 3.º Ciclo (1,9%), e as anfetaminas (2,9%) e LSD (2,3%) no Secundário. As prevalências de consumo ao longo da vida de *outras drogas que não cannabis* foram de 3,9% no 3.º Ciclo e de 5,5% no Secundário.

No estudo de 2011<sup>2</sup> as prevalências de consumo ao longo da vida de *qualquer droga* variaram entre 4,4% (13 anos) e 31,2% (18 anos). Destaca-se novamente a cannabis como uma das maiores prevalências de consumo ao longo da vida em todas as idades (entre 2,3% nos 13 anos e 29,7% nos 18 anos), seguindo-se-lhe a cocaína nos mais novos e as anfetaminas nos mais velhos (a partir dos 16 anos inclusive).

No estudo realizado por Barreto (2010)<sup>3</sup>, o comportamento delinquente observado distribui-se por três grandes categorias: i) crimes contra o património (dano, furto em estabelecimento comercial, furto simples, furto em viatura, furto de moto/motorizada, furto de carro, assalto a edifício, ameaça/roubo, recetação), ii) crimes contra a integridade física (luta de grupo, agressão sem arma, com arma, porte de arma, agressão a animais) e iii) outra delinquência [tráfico de droga e condução sem carta (Barreto 2010)]. Neste sentido o autor (op cit.) conclui que 47,7% dos jovens estudados refere já ter praticado atos delinquentes e 33,6% dos jovens cometeu pelo menos um desses atos nos últimos 12 meses. (op. cit.). A condução sem habilitação legal constitui a conduta mais reportada, de seguida as agressões, os furtos em estabelecimentos comerciais, os envolvimento em lutas e os danos (op. cit.).

---

<sup>1</sup> Trata-se de um estudo periódico iniciado em 2001, sucedendo aos “Estudos em Meio Escolar” repetido no ano de 2006 e 2011. Tem como alvo a população dos alunos do ensino público - 3.º Ciclo e Secundário. (Feijão e Lavado 2012a, 2012b).

<sup>2</sup> Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Droga, com início em 2003 e repetido em 2007 (Feijão e Lavado 2006, Feijão 2009) e 2011 (Feijão *et al.* 2012).

<sup>3</sup> Estudo *Comportamentos* realizado pelo Observatório da Delinquência Juvenil, do Instituto de Criminologia da Universidade do Porto, por Pedro Barreto (2010), com o objetivo de caracterizar a delinquência juvenil nas áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa, para compreender a dimensão do fenómeno.

A maior percentagem de jovens que reporta ter cometido atos delinquentes registasse na passagem dos 13 para os 14-15 anos. A partir dos 16 anos esta percentagem aumenta consideravelmente (Barreto 2010). Neste estudo, para além dos comportamentos desviantes o autor (op. cit.) também analisou um conjunto de comportamentos associados aos estilos de vida juvenil, nomeadamente, a ausência de casa durante a noite, o absentismo escolar e o desvio do grupo. Cerca de 18,3% dos jovens reportam ter passado pelo menos uma noite fora de casa sem o conhecimento dos pais. Este dado diz respeito a jovens com idades compreendidas entre os 14-15 anos e é aproximadamente o dobro dos jovens com idade igual ou inferior a 13 anos de idade. É também maior a prevalência de tal ato por sujeitos do sexo masculino (21,8%) do que do sexo feminino (15,3%). Verifica-se ainda que com o aumento da idade, aumenta o absentismo escolar (op. cit.). Por outro lado cerca de ¼ dos jovens refere já ter provocado distúrbios ou ter incomodado ou assustado outras pessoas [jovens com idade igual ou inferior a 15 anos (Barreto 2010)].

Num outro estudo, Carvalho e Leal (2006)<sup>4</sup> concluem que: 71% dos jovens inquiridos já tinham experimentado álcool e 12% desses admitiram ser consumidores regulares de álcool (cerveja, vinho, ou bebidas espirituosas uma vez ou mais por semana). Entre os consumidores regulares de bebidas alcoólicas, 40% tinham menos de 15 anos e 13,5% apenas 13 anos. Neste estudo, concluiu-se ainda que, os adolescentes que já consumiram álcool e os consumidores regulares e abusivos apresentam um perfil de afastamento em relação à família, amigos e meio escolar, e que, estes jovens, admitem envolver-se com maior facilidade em situações de violência na escola (Micael 2002 in Carvalho e Leal 2006).

### **2.1.2 O Comportamento Inadaptado: perspetiva da Antropologia**

Aquando da existência de problemas sociais, as sociedades criam mecanismos de controlo e de preservação da ordem, aplicando sanções a todo o indivíduo que desrespeite as normas. Muitos antropólogos veem o comportamento desviante como um comportamento inadaptado [*maldaptive behaviour* (por exemplo, Mead 1963)]. A questão não é uma simples mudança de nome mas revela fontes ou origens de *natureza* diferente para esse tipo de comportamentos. Assim, enquanto o primeiro não prevê explicações do ponto de vista evolutivo (desviante), o segundo analisa todo o comportamento num contínuo espaço-

---

<sup>4</sup> Estudo realizado por Carvalho e Leal (2006), pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, integrado numa investigação mais vasta da organização Mundial de Saúde.

temporal que implica, obrigatoriamente, uma componente evolutiva e de função do próprio comportamento. Ou seja, um comportamento que na contemporaneidade parece não fazer sentido, algures no percurso evolutivo humano, teve uma importância fundamental do ponto de vista da sobrevivência. Atualmente esse comportamento pode já estar *desadaptado* ao representar uma necessidade que evoluiu ao longo do tempo. Esta perspetiva vê o comportamento sujeito às leis evolutivas (o comportamento é mutável e não é algo *petrificado* mas sim que evolui), constituindo-se como estratégia adaptativa (ex.: Marvin Harris é um dos autores que adota essa perspetiva).

Margareth Mead (1963) foi criticada por tratar a cultura como algo capaz de moldar a personalidade, algo que se impõe independentemente da vontade dos indivíduos. Quando a autora menciona o termo *inadaptado*, refere que não existia uma cultura que se impusesse plenamente sobre as características biológicas individuais de cada um. Mead (op. cit.) afirma que tal se observava porque em todas as sociedades existem indivíduos que se desviam dos padrões de comportamento normais.

Poderia argumentar-se que o *inadaptado* está previsto no argumento teórico da Antropologia sobretudo como uma consequência da cultura. No entanto, alegamos na direção contrária, pelo destaque que o comportamento inadaptado adquire sobretudo no livro *Sexo e temperamento*, datado de 1963. O esforço da autora pode ser visto como uma tentativa de conciliar as características biológicas individuais, com uma tendência cultural coletiva. Neste livro, apresentam-se exemplos de indivíduos com comportamentos inadaptados entre os *Mundugumor* e que incluem por exemplo pessoas dóceis e amigas que sofrem de uma inadequação social, as quais são sujeitas a um conjunto de sanções sociais.

O inadaptado é *qualquer pessoa que por causa de uma disposição inata [...] tem sido culturalmente desfavorecida, o indivíduo a quem as ênfases principais de sua sociedade parecem-lhe absurdas, irrealis, insustentáveis, ou simplesmente errada* (Mead 1963:290). A cultura molda assim as disposições individuais. No entanto, quando a autora (op. cit.) fala dos inadaptados, pode ver-se que a cultura não é de tal ordem abrangente, capaz de sobrepor todos os indivíduos, como se poderia pensar, e do qual a mesma é acusada (ex.: Freeman 1983). Para Mead (1963:292) o inadaptado é *outro tipo de pessoa não ajustada, cuja falta de ajuste não deve ser referida à sua própria fraqueza e defeito, não a acidente ou doença, mas a uma discrepância fundamental entre sua disposição inata e as normas de sua sociedade*.

Neste sentido, o comportamento delinquente/inadaptado, ocupa um lugar de destaque devido à crescente problematização dos comportamentos juvenis, apesar de ser notório que

muitas das infrações destes jovens não tem uma intenção deliberadamente criminal, mas revela problemas de inadaptação dos jovens à sociedade, que são caraterísticos dos períodos de transição (Figueiredo *et al.* 1999).

As primeiras teorias do crime na Antropologia enfatizavam explicações fisiológicas do ser humano. A Escola Italiana de Antropologia Criminal foi uma das primeiras a centrar-se no estudo do crime. Esta escola teve o seu impato com a publicação em 1876 de *L'uomo Delinquente* por César Lombroso. Lombroso tentou desenvolver um perfil anatómico do ser humano criminoso para apoiar a noção de que este comportamento estava ligado a factores morfológicos (somatologia e fisiologia) e osteométricos, documentando os tamanhos, formas ou pesos de crânios, orelhas, olhos, nariz e maxilares de indivíduos acusados de crimes – entre outras manifestações fisionómicas de factores considerados indicadores de degenerescência humana. De acordo com Lombroso e outros teóricos da escola italiana, um criminoso (inadaptado à sociedade) era concebido como um tipo atávico (sub-humano), que não tinha tratamento pois estava condenado a ser criminoso uma vez que essa característica nascia com ele (Fletcher 1891). Esses traços seriam estigmas anatómicos, fisiológicos e funcionais, havendo um traço psicológico essencial, *a atrofia de sentimentos morais de compaixão e de piedade, assim como a ausência de escrúpulos e remorsos que fazem do delinquente um louco moral* (Gassin 1990:156-157). Para a Escola Positivista de Lombroso, as origens destes traços deviam procurar-se na hereditariedade específica, enquanto para a Escola de Graz era a hereditariedade geral a responsável pela transmissão de disposições (excitabilidade, agressividade) que levavam o indivíduo a cometer atos agressivos que violavam a lei penal.

Goring (1913 *in* Mannheim 1984) defendeu que a teoria Lombrosiana era falsa, não sendo possível identificar os criminosos apenas por traços fisionómicos (exteriores e visíveis). Por sua vez, Durkheim (1893, 1895, 1896 *in* Mannheim 1984), salientou que Lombroso se esqueceu dos factores sociais do crime.

A escola pós-positivista antropológica italiana debruçou-se sobre o estudo dos processos internos do indivíduo, a relação do indivíduo com o meio, e com as formas de reacção do sujeito psicológico a um determinado meio que suporta o processo psicológico através do qual se produz a ação delituosa (Silva 2001).

A Teoria Biológica do crime defendia que o comportamento delinquente/inadaptado era causado por um mecanismo interno ao indivíduo, o qual era hereditário (Teixeira 2000). No século XIX, existia uma distinção entre as características biológicas e as psicológicas.

Considerava-se que determinadas características físicas do indivíduo predispunham ao crime, e estas, em conjunto com os factores ambientais, podiam influenciar o comportamento. Os factores biológicos e o comportamento delinquente seriam então, mediatizados por factores relacionados com o meio, podendo este alterar o comportamento. Assiste-se assim, à mudança de uma perspectiva causal simples para uma tendência bi-causal e mesmo multi-causal, através de um conjunto de conexões entre o biológico e o meio (Pradel 1991, Silva 2001).

Os Glueck (1950 *in* Mannheim 1984) são os autores das chamadas teorias bio-antropológicas de transição. Influenciados pelo trabalho de Sheldon (sobre a distribuição de tipos físicos na população correlacionando-os com tipos de comportamento), estabeleceram uma ligação entre uma certa tipologia física e temperamental dos indivíduos e a delinquência. Defendiam que os indivíduos de predominância mesomórfica - tipo atlético, com bom desenvolvimento muscular, mostravam maior potencial de delinquência. Tal princípio encerra a ideia de que quanto maior é a energia e a tendência para a ação e um indivíduo, mais frágeis são os seus mecanismos de inibição, perspectivando a delinquência como a expansão direta e simples de uma natureza originária. Defendiam ainda que os indivíduos de predominância ectomórfica, ou seja, corpo comprido, ossudo, magro e sensíveis, e endomórfica, os obesos, eram susceptíveis de delinquir, desde que existisse um ambiente ou situação adequada ao desenvolvimento do seu potencial de delinquência. A delinquência era uma resposta reativa, logo indireta do seu estado de sensibilidade ou obesidade, respetivamente (Mannheim 1984). As teses sustentadas pelos Glueck (1950 *in* Mannheim 1984) defendiam por um lado, a compreensão dos aspetos biológicos, os quais são essenciais para uma melhor e mais completa compreensão do comportamento humano, tanto antissocial e criminal como pró-social. Defendiam também uma constante interação entre variáveis bio-antropológicas e as variáveis ambientais.

Em suma, enquanto a abordagem de Lombroso não foi descredibilizada as teorias anatómicas sobre a origem do crime dominaram até à década de 1880 (Schneider e Schneider 2008). No entanto, as explicações genéticas do comportamento criminal foram usadas mais tarde por Starr em 1897 e por Hooten (antropólogo de Harvard) em 1927, para explicar o desproporcional encarceramento de negros nos Estados Unidos da América (Schneider e Schneider 2008). Não obstante, posteriormente as teorias destes dois autores também foram descreditadas (Schneider e Schneider 2008).

Para entender como os antropólogos têm visto este comportamento inadaptado desde os seus primórdios, é importante abordar algumas das principais teorias, que radicam os

estudos antropológicos da lei e da criminalidade.

Um dos autores clássicos da Antropologia foi Franz Boas, que trabalhou nos quatro campos (*four fields*) da Antropologia – a Antropologia socio-cultural, a física, a arqueologia e a linguística (Havilland 2006, Moore 2009). Boas, baseou-se principalmente na perspectiva sociocultural para explicar o crime e o desvio. Os princípios de Boas estão refletidos nos conceitos de holismo antropológico e cultural, em que a cultura era entendida como um todo integrado, criado através de uma progressão histórica, ao invés de um marcador universal (Moore 2009).

Durkheim, contemporâneo de Boas, procurou construir uma teoria da sociedade através do estudo da dinâmica da interação social e da evolução da complexidade social (Moore 2009). Contribuiu substancialmente para os estudos antropológicos do crime. Parte do pressuposto que o comportamento social era aprendido (Layton 1997), desenvolve o conceito de consciência coletiva, segundo o qual, a consciência e percepção que os indivíduos têm das mesmas, estão inseridas na própria cultura. Contudo, muitos antropólogos contemporâneos colocam esta visão em causa afirmando que este conceito não permite captar a realidade na sua totalidade, ou seja, a realidade bio-cultural. Capta apenas a dimensão social, estando incompleta uma vez que a dimensão social está sempre em interação com a dimensão biológica e ambiental [e por isso nunca é apenas produto de si mesma mas da interação com as outras dimensões (Casanova 2006)].

Ruth Benedict na sua obra intitulada *Padrões de Cultura*, refere que as diferenças culturais estão expressas em todas as sociedades (Moore 2009). Dentro de cada cultura, a adaptabilidade do indivíduo teria de ir ao encontro das normas estabelecidas. Os que não se regiam de acordo com o esperado e ditado pelas normas eram considerados como desviantes (Edgerton 1973).

Por sua vez, a interpretação do funcionalismo para Bronislaw Malinowski é baseada na ideia de que cada indivíduo ou conjunto de crenças cumpre uma necessidade importante na sociedade (Horowitz 1962). Malinowski refere que o estudo sobre os problemas que envolvem a cultura, como a jurisprudência primitiva, representaram um avanço importante no campo da Antropologia. No seu estudo sobre as Ilhas Trobriand, observou que a lei era vivida como uma obrigação de um indivíduo, reflectindo a dependência mútua e a reciprocidade. Percebeu ainda que as leis eram incorporadas numa cadeia de transacções sociais. A sua observação aparece em destaque nas análises de estudos posteriores sobre o comportamento criminoso (Jeroslow 2011).



Bloch e Niederhofer (1958) aplicaram uma análise funcional ao estudo de gangues nos Estados Unidos da América na década de 1950. O seu objetivo era estudar as características dos grupos de adolescentes. Usando estudos comparativos interculturais sobre os ritos de passagem dos adolescentes para a idade adulta, estes autores (op. cit.) procuraram documentar acontecimentos que são universais em todas as sociedades. Rituais como a separação da mãe e o processo de provação, aproximam-se da etologia humana e da psicologia evolutiva. Ao observar essas atividades e ritos em gangues de jovens, observaram ainda o contraste da espontaneidade com os padrões institucionalizados de outras culturas menos complexas (op. cit.).

O estudo etnográfico de Bourgois (1995) toma como objeto de pesquisa traficantes de crack em Nova Iorque, descrevendo a situação do traficante como uma marginalização social, chamando a atenção para a interface entre a opressão estrutural e a ação individual. No mesmo seguimento de Bourgois (1995) sobre a marginalidade, Vigil (2003), observa uma marginalidade múltipla característica dos gangues, especialmente no que diz respeito à experiência de imigrante. Através desta perspetiva holística, Vigil (op. cit.) foi capaz de analisar as inter-relações entre vizinhança, os efeitos da pobreza, o conflito cultural, a marginalização socio-cultural e o controlo social. Determinou que a fonte de agressão era muitas vezes o estatuto social de membros marginais do gangue, que por exemplo, os impedia de ter acesso a um emprego, traduzindo-se tal impedimento muitas vezes num factor que acabava por conduzir à detenção dos mesmos.

O interesse da antropologia pelos estudos globais do crime cresceu substancialmente na década de 1990 e continua até ao presente. Os antropólogos pós-modernos estão mais interessados no estudo do crime/indivíduo inadaptado em relação às estruturas de sociedades locais e globais, deixando de parte a relação das leis com o crime, ou seja privilegiam outra vertente do fenómeno. Os antropólogos começaram a dar mais atenção a investigações sobre como é que os indivíduos nos países em desenvolvimento ou grupos marginalizados em nações pós-industriais encontram maneiras de sobreviver numa economia globalizada e predominantemente neoliberal (Jeroslow 2011).

## 2.2 Representação social e alteridade

Inspirado na noção de Durkheim (1912) de *representações coletivas*, o conceito de **Representação Social**, foi proposto inicialmente por Serge Moscovici (1961). Mais tarde, desenvolvido por autores como Claudine Herzlich (1969), Denise Jodelet (1989), Berger e Luckman (1998) entre outros. E em Portugal pelos trabalhos de Jorge Vala (1996) e de Artur Valentim (1997).

A representação social do crime, também está expressa em trabalhos como por exemplo, Faugeron (1983), Gibbs (1969), Hamilton e Rytina (1980), Malewska, *et al.*, (1980), Ocqueteau e Perez-Diaz (1989), Roché (2001), Clemence (2003), Coslin (1999), Coslin e Brunet (1983), Doise e Papastamou (1987), dedicados sobretudo a adolescentes e a adultos.

No entanto, foi Moscovici (1961), através do livro *La Psychanalyse, son Image et son Publique*, que autonomizou uma problemática específica para as ciências sociais: Saber através de que processos o ser humano constrói a realidade em que vive. Referindo-se então pela primeira vez às *representações sociais* que o sujeito constrói sobre os outros e sobre si mesmo. As *representações sociais* funcionam como representantes na mente humana dos respetivos objetos a que se encontram associadas, tendo comparado a mente humana a um espelho, (ainda que não totalmente focado devido aos possíveis enviesamentos), com uma capacidade própria para edificar imagens dos objetos da sociedade (Moscovici 1969, 1972, 1976, 1984, 2001).

De certa forma, este conceito que implica alguma alteridade já estava presente muito antes na Antropologia, através do estudo da comparabilidade aquando da realização do trabalho de campo *clássico* em Antropologia (Batalha 2005). Nos trabalhos conhecidos de inúmeros antropólogos (B. Malinowski, Evans-Pritchard, Radcliff-Brown, entre muitos outros) a questão da alteridade e da definição do *nós* por oposição ao conceito *outros* sempre estiveram presentes e eram visíveis através das clássicas perspetivas *emic* (a perspetiva do *eu* ou do investigador) e *etic* (a perspetiva do *outro*, do objeto de estudo que era estudado). Ou seja, de acordo com a visão do próprio investigador e respetivo quadro cultural (*emic*), e de acordo com a visão do observado/estudado (*etic*) uma vez que essa sempre foi a tradição da Antropologia (Batalha 1998, 2005). O *nós* evidencia um conjunto de narrativas, discursos e práticas partilhadas que se distanciam da visão percepcionada pelo conjunto *eles* (Casanova, Sousa e Costa *in press*). O *eles*, implica uma construção, pelo investigador, do *outro* (op. cit.). No fundo o conceito de *nós* e os *outros* é essencial para se entender o porquê de diferentes

representações sociais do mesmo objeto. As representações sociais são assim percepções construídas de um mesmo objeto de estudo, percepções essas influenciadas pelo *background* cultural dos próprios construtores que partilham traços identitários entre si, sendo uma delas uma visão construída à sua maneira do mundo.

As representações sociais formam um código individual de partilha de visões consentidas. Constituem um conjunto de símbolos, sinais e imagens, que os indivíduos que pertencem a uma sociedade reconhecem, partilham e sustentam. Essa mesma partilha é importante para a constituição do sentimento do *eu* dentro de grupos mais vastos e é baseando-se no *eu* que o indivíduo faz comparações com os *outros*. A definição do *eu* também passa pelo sentimento de alteridade relativamente aos *outros* (Batalha 2005, Gouveia-Pereira 2009, Vala 1996).

Em meados do século XIX na sociologia clássica, Marx (1973) defendeu que a visão que cada indivíduo possui do mundo seria fruto da posição social que ocupava e das capacidades pessoais para conseguir essa visão. A posição social ocupada por cada indivíduo possuía, assim, uma forte influência na forma como esse mesmo indivíduo vê (representa) o mundo que o rodeia e se vê a si próprio nesse mesmo mundo.

Já no final do séc. XIX, Durkheim (1898) abordou a forma como o ser humano se relacionava com o mundo em que vivia. Em *O Suicídio* e *As Regras do Método Sociológico* refere-se às representações coletivas (sociais), que distingue das representações individuais. As representações coletivas seriam, segundo o autor (op. cit.), uma produção do todo social, tendo um carácter coercivo sobre os indivíduos na medida em que eram estabelecidas através dos processos de socialização (ou processos de enculturação no caso específico da Antropologia). Durkheim, refere também o carácter coercivo destas representações: estas aparecem naturalmente como resultado do processo de socialização a que cada indivíduo é submetido ao longo da vida, não existindo espaço para serem questionadas. As representações sociais, desempenham uma função de manutenção da ordem e da coesão do todo social. Aparecem em cada indivíduo de uma forma natural como resultado dos contatos sociais que mantém ao longo da vida, como por exemplo: no seio da família, na escola, nos grupos de pares e outros agentes que conduzem o processo de enculturação como a religião, a ciência, os mitos e o senso comum (Durkheim 1898).

Nos anos sessenta do século XX, para além de Moscovici é importante fazer referência aos trabalhos de Berger e Luckmann. No texto *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (1966), no qual os autores defendem a realidade como

uma construção elaborada pelos indivíduos e sustentada por estes. Esta realidade é resultante dos processos sociais em que os indivíduos desenvolvem toda a sua existência. Por sua vez, o mundo está na base da produção e sustentação das representações que os sujeitos fazem da realidade e que para eles se tornam na própria realidade que representam (Berger e Luckman, 1998). Como referem os autores, *aquilo a que cada um de nós chama realidade não é mais do que uma construção mental elaborada e sustentada e partilhada por cada um de nós, e que resultará dos processos sociais em que desenvolvemos toda a nossa existência* (Berger e Luckman 1998:39).

Denise Jodelet (1984, 1989), também centrou os seus trabalhos nas representações sociais partindo especificamente dos trabalhos de Moscovici. Numa perspetiva mais antropológica, Jodelet (1989) refere-se às representações sociais como um conjunto de conhecimentos produzidos pelo ser humano. Com conhecimentos elaborados, partilhados e sustentados pelo todo social, revestindo-se portanto de uma função eminentemente prática, por permitir a sustentação de toda a vida social de cada indivíduo no seu relacionamento com os outros e com a sociedade que o rodeia.

Neste seguimento, Valentim (1997:12), refere que este fenómeno (...) *é particularmente adequado para ser estudado à luz do paradigma construtivista das representações sociais porque possui uma acentuada variabilidade aposta pelas relações sociais em que se enxerta*. Segundo Vala (1996), a teoria das representações sociais apresenta-se assim, como um sustento teórico aquedado para estudar discursos simbólicos, mentalidades, ideias e imagens coletivas, como é o nosso caso (perceber o que pensam os indivíduos da nossa amostra, sobre a delinquência juvenil). Para Morin (1986:25), *o que ocorre é um processo complexo que envolve uma codificação e tradução de estímulos que vão determinar uma representação do que se percebe*. Na verdade, o cérebro estrutura e organiza representações para produzir o real sempre com referência a um determinado contexto cultural. *Essa produção é uma tradução, não uma reprodução ou um reflexo* (Morin 1986:26), ou espelho da realidade. De acordo com Sousa (1998), cada indivíduo percebe, reage e responde de forma diferente ao meio ambiente. As respostas e as manifestações são portanto resultado das perceções dos processos cognitivos e das expectativas de cada indivíduo, estando estes inseridos num contexto cultural específico. Embora nem todas as manifestações psicológicas e culturais possam ser evidentes, estas estão sempre presentes, e afetam o nosso comportamento, na maioria das vezes, inconscientemente.

As avaliações morais (do certo ou errado), podem também ser vistas como representações sociais comuns a indivíduos do mesmo grupo, fruto de determinadas práticas e características sociais e culturais específicas em certos contextos (Doise 1994, Jodelet 1994, Moscovici 1978). Os estudos de Malewska, Peyre e Bonerandi (1979) e Maleswska e Walgrave (1983), sobre os comportamentos desviantes dos jovens, demonstram isso mesmo, ao sustentarem que as representações sociais sobre a delinquência juvenil, diferem entre os grupos sociais e indivíduos do mesmo grupo.

Maleswska *et al.* (1979) compararam na França 25 infrações de diferentes profissionais (juízes, educadores e assistentes sociais, policiais, entre outros), que lidam com a delinquência. Mais tarde, Maleswska e Walgrave (1983) compararam as representações daqueles profissionais com outras semelhantemente obtidas em dois outros países, a Bélgica e a Polónia. Os autores (op. cit.) afirmaram que a delinquência é, em parte, algo definido pela cultura. Adicionalmente admitem que as atitudes sobre a delinquência dependem do lugar (ou posicionamento) social do sujeito que as considera.

Considerando as atitudes como disposições relativamente duráveis em relação a um objeto determinadas por um conjunto de elementos cognitivos e emocionais a ele ligados, os autores (op. cit.) acreditam que estas mudam conforme o conhecimento e o envolvimento emocional dos sujeitos. Assim, é de se esperar que jovens infratores, pais, educadores de menores, juízes ou polícias façam avaliações diferentes sobre o que é considerado uma infração. Para comparar diferentes amostras de pessoas dos três países (França, Bélgica e Polónia) e de diferentes profissões (uma amostra de mais de 2000 pessoas, nos dois estudos), foi utilizada uma lista de 25 infrações. Cada infração da lista deveria ser avaliada numa escala de sete pontos quanto à gravidade. Malewska e Walgrave (1983) concluíram que a avaliação de infrações através de uma escala provoca um pré-julgamento moral-afetivo no qual cada pessoa faz uma síntese subjectiva de todo um sistema formal e informal de valores existentes. Registaram ainda que as atitudes explicitadas marcam certas tendências de ação e mesmo que essa relação não seja direta, ela é importante para prever e explicar certas posições dos profissionais que trabalham com a delinquência (op. cit.).

Como resultados mais gerais, tanto na primeira pesquisa (Maleswska *et al.* 1979) como na segunda (Malewska e Walgrave 1983) os autores chegaram à conclusão que todas as populações estudadas avaliaram com mais gravidade atos que envolviam violência física sobre as vítimas. Delitos como roubos sem agressão e infrações sem vítimas individuais foram julgados mais indulgentemente. Os autores (op. cit.) concluíram afirmando que não se

pode falar da existência de uma única representação de delinquência ou de atitudes comuns a esta. Ao contrário há diversidade nesses elementos que se explicariam principalmente por dois factores: por um lado, as práticas profissionais que influenciam e modelam atitudes e representações e, por outro lado, as ideologias predominantes e os valores morais presentes na cultura de diferentes países e grupos sociais. Portanto as representações sociais envolvem uma etiquetagem social que não está livre de preconceitos e visões enviesadas ajudando as comunidades a catalogar os indivíduos ou grupos de indivíduos e ordenando o caos da diversidade (Casanova *et al.* in press).

Num estudo realizado por uma equipa de investigadores do Instituto Vasco de Criminologia (Beristain *et al.* 1996) sobre a representação social da delinquência entre estudantes, Beristain e colaboradores concluíram que na maioria dos comportamentos não sancionáveis encontram-se ações, tais como ferir alguém em defesa própria, embriaguez em público e tentativa de suicídio. No caso de embriaguez em público, parece que é um comportamento que se repete com alguma frequência e, portanto, uma realidade próxima. É interessante como são apresentados de forma diferente o consumo de álcool e de estupefacientes, os quais consideram como comportamentos de maior gravidade. Em relação aos crimes de propriedade, é de destacar a maior permissibilidade de certos comportamentos mais próximos dos jovens (não pagar título de transporte nos transportes públicos) e contra outras atividades de comprar bens roubados. Os crimes que são considerados mais graves, são os chamados "clássicos", como o caso de roubo ou roubo com homicídio, violação e assalto à mão armada à habitação com ferimentos graves.

Sellin e Wolfgang (in Cusson 2011) realizaram um estudo para analisar a forma como a gravidade dos delitos era percebida pela população. Chegaram à conclusão que, quanto maior for a gravidade do comportamento maior é a probabilidade de ser censurável e de ser considerado crime pela opinião pública. A título de exemplo: os indivíduos consideram um homicídio cometido na sequência de um assalto mais grave do que uma violação e um assalto à mão armada é considerado mais grave se o seu agente tiver em sua posse uma arma de fogo. O factor social tem grande impacto na definição do conceito de delinquência, a qual varia tendo em conta as expectativas e as normas sociais.

Em síntese, as representações sociais devem ser entendidas como uma realidade operativa que se apresenta ao mesmo tempo com funções sociais e culturais relevantes. Assim constituem uma orientação para a ação na medida em que modelam e compõem os elementos

de um contexto em que um comportamento terá lugar (Moscovici 1976). Portanto *as representações sociais são um produto das interações e dos fenômenos de comunicação no interior de um grupo social, refletindo a situação desse grupo, os seus projetos, problemas e estratégias* (Vala 1996:357).

### 3. Formulação do problema e hipóteses de partida

Nesta secção da dissertação, apresentamos o nosso problema e as hipóteses de pesquisa que conduzirão esta investigação. Segundo Sampieri *et al.* (2007:34) *formular o problema não é nada além de aperfeiçoar estruturar mais formalmente a ideia de pesquisa.*

O presente estudo visa compreender o significado atribuído pelos estudantes da PG-ABF (o universo) e da PG-CRS (uma amostra) no ano letivo de 2011/2012, sobre os comportamentos delinquentes, em específico, compreender a representação destes estudantes sobre a conduta delincente dos adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos. Assim se procura compreender a representação social da delinquência juvenil e das atitudes dos jovens (face às normas sociais e legais) e face aos estilos de vida que adotam.

De acordo com o problema em estudo apresentamos as seguintes hipóteses:

- H<sub>1</sub>.** Os estudantes da PG-CRS têm uma visão mais tolerante dos adolescentes que violam as normas sociais relacionadas com o bom ambiente familiar do que os estudantes da PG-ABF.
- H<sub>2</sub>.** A percepção sobre maus comportamentos escolares é mais tolerante pelos estudantes da PG-ABF do que pelos estudantes da PG-CRS.
- H<sub>3</sub>.** Os estudantes da PG-ABF apresentam uma atitude mais atenuante perante adolescentes que grafitam edifícios públicos dos que os estudantes da PG-CRS.
- H<sub>4</sub>.** A percepção sobre o comportamento da prostituição na adolescência por dinheiro é vista por ambos os grupos como uma prática não aceite.
- H<sub>5</sub>.** Os estudantes da PG-CRS têm uma visão mais tolerante da delinquência juvenil dos adolescentes que apresentam comportamentos de roubos, por comparação com os estudantes da PG-ABF.
- H<sub>6</sub>.** A percepção manifestada por ambos os grupos sobre o uso de armas (brancas e de fogo), não é um comportamento aceite na sociedade onde estamos inseridos.

- H<sub>7</sub>.** O desrespeito pelo código de estrada (infringir o código de estrada/condução sem habilitação) é percebida pelos nossos estudantes de ambas as PGs como um comportamento grave na adolescência.
- H<sub>8</sub>.** O consumo de drogas ilegais (nomeadamente heroína/integração do grupo de amigos), não é um comportamento plausível pelos nossos estudantes de ambas as PGs.
- H<sub>9</sub>.** O consumo de álcool na adolescência ao fim de semana é um comportamento mais tolerante por parte da PG-ABF e do que pelos estudantes da PG-CRS.



**PARTE II**  
**MATERIAL E MÉTODOS**

#### 4. População e amostra de estudo

O universo desta pesquisa é constituído por todos os estudantes de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 21 e os 31 anos de idade, que frequentaram duas PGs no ISCSP/UTL, no ano letivo de 2011/2012: a *Pós-Graduação de Antropologia Biológica* com 9 alunos e a *Pós-Graduação de Criminologia e Reinserção Social*, com 6 alunos (no qual um aluno não respondeu, compreendendo esta apenas 5 estudantes representados), sendo assim a dimensão da amostra é de 14 sujeitos (N=14).

#### 5. Técnicas de recolha de dados

Definido o nosso objetivo e respetivas hipóteses, impõe-se a necessidade de recorrer a instrumentos de recolha de informação suficientemente flexíveis e aprofundados (Morse 1994). As técnicas são *conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de pesquisa* (Almeida *et al.* 1982:78).

Assim, a escolha de um ou mais métodos de pesquisa depende, não só, do objeto de investigação como dos próprios objetivos que se pretendem atingir. As metodologias quantitativas e qualitativas ou mistas (combinação dos métodos quantitativo e qualitativo) operam e desenvolvem-se a níveis diferentes da informação e comunicação interpessoal. Enquanto as primeiras incidem sobre uma população de objetos de observação comparável entre si, a metodologia qualitativa enfatiza a especificidade de um fenómeno único (Haguette 1990).

Referenciando-se este como um estudo que procura evidenciar as representações de dois grupos de estudantes de dois cursos universitários onde também se abordam as práticas delinquentes dos adolescentes, embora sob diferentes perspetivas, opta-se assim por uma metodologia quantitativa e extensiva, elegendo o inquérito por questionário (Anexo A) como instrumento ou técnica de recolha de dados.

##### 5.1. O inquérito por questionário

*O inquérito pode ser definido como um olhar sobre uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar* (Ghiglione e

Matalon 1997:7). De acordo com os mesmos autores (op. cit.), o inquérito por questionário é a técnica que permite recolher informações sobre uma grande variedade de comportamentos de um mesmo indivíduo e que se estende a vários indivíduos.

Contudo, não sendo possível obter uma informação detalhada, alguns autores (op. cit.) consideram que o inquérito por questionário tem limitações tendo em conta que a sua estrutura assenta essencialmente em perguntas fechadas (Ghiglone e Matalon 1997), passíveis de serem tratadas de um modo quantitativo (Sampieri *et al.* 2007) e dando menos liberdade ao entrevistado de responder como entende. No entanto, também tem vantagens, não há nenhuma técnica de pesquisa que não apresente esta dualidade [vantagens e desvantagens (Sampieri e colaboradores 2007)]. De acordo com Ghiglone e Matalon (1997) o inquérito por questionário é um instrumento eficaz na exploração de fenómenos sociais, possibilitando a ligação entre variáveis e alcançar resultados imprevistos. Adicionalmente, através das técnicas de amostragem e a partir de uma amostra aleatória representativa constituída por um pequeno número de indivíduos, será possível fazer generalizações para um conjunto mais vasto. Importa referir que num dos casos (PGABF) foi possível trabalhar com o universo e não apenas com uma amostra pelo que os resultados por nós apresentados são os do universo e portanto da totalidade de uma das duas populações estudada.

O inquérito por questionário do presente estudo foi de administração indireta (por *e-mail*) e foi enviado a todos os indivíduos que compunham o nosso universo (todos os estudantes matriculados em ambas as PGs). Como já referido, enquanto contamos com a colaboração de todos os estudantes da Pós-Graduação em *Antropologia Biológica e Forense* (N=9) no caso da segunda pós-graduação (*Criminologia e Reinserção Social*) 5 dos 6 inscritos colaboraram com a nossa pesquisa.

O inquérito por questionário pretendeu responder a várias questões, tendo como objetivos a recolha de dados mais metódica e sistemática (Sampieri *et al.* 2007). Foi seguida uma adaptação do modelo proposto por Likert (1932), que pressupõe a técnica da construção de escalas, centrando o processo nos sujeitos inquiridos, e procurando frases que manifestem claramente dois tipos de atitude face a um mesmo objeto: uma atitude favorável ou desfavorável. Como indica Lima (2006), sendo muito mais económica de construir e mais rápida de aplicar (uma vez que necessita de menos itens), este tipo de escala tornou-se mais popular na avaliação das atitudes. Desta forma, grande parte do inquérito teve uma grelha de preenchimento onde os inquiridos tiveram de atribuir, numa escala previamente definida, o seu grau de concordância (ou discordância) relativamente às frases sobre o comportamento

dos jovens que lhes foram colocadas. A cotação da escala foi dada pela média das respostas dadas.

Importa ainda referir que o inquérito por questionário foi sujeito a um pré-teste, aplicado numa pequena amostra aleatória de 10 indivíduos. Através deste pré-teste, foi possível fazer ajustes ao próprio questionário, bem como à definição final e clarificar alguns aspetos nas hipóteses colocadas.

Em relação à questão aberta do questionário, procedemos à análise de conteúdo, [segundo o método Bardin (2009)], procurando salientar os aspetos mais relevantes, transcrevendo as respostas com itens mais importantes relativamente às hipóteses colocadas.

## 6. Análise e tratamento de dados

A análise e o tratamento de dados foram realizados com recurso ao pacote estatístico *Social Package for Social Sciences* ou SPSS (versão 17). De forma a saber qual o tipo de distribuição dos dados recolhidos, procedeu-se à computação do teste estatístico *Kolmogorov-Smirnov* (anexo B), o qual permite medir se uma determinada distribuição difere significativamente de uma distribuição normal (Darren e Paul Mallery 2003).

Da observação dos resultados dos testes, foi possível identificar a presença de uma distribuição não normal dos dados ( $p < 0,05$ ), e do N apresentado ( $n=14$ ), tivemos de optar por testes estatísticos não paramétricos (Siegel e Castellan 2006). Estes *não necessitam de requisitos tão fortes, como os testes paramétricos, para serem utilizados. São úteis em situações em que as amostras são pequenas, e onde a distância a esses requisitos é grande* (Pereira 2003:162).

Para esta análise, recorre-se à estatística descritiva e à construção de tabelas e gráficos. Foram ainda calculadas médias (M), medianas ( $M_e$ ) e o desvio padrão (DP), frequências totais e percentagens. As medianas tornam-se particularmente importantes quando o N ( $N=14$ ) de uma determinada pesquisa é modesto do ponto de vista numérico (Siegel e Castellan 2006).

Verifica-se, através das Tabelas de Frequências dos itens de resposta (as expressões), que nem todas as categorias de resposta foram usadas, em cada um dos 27 itens que compõe o questionário: a primeira parte composta por expressões relacionadas com o grau de tolerância relativo ao comportamento de jovens adolescentes (1=Muito tolerante; 2=Tolerante; 3=Pouco

tolerante; 4=Nada tolerante; 5= Não sabe) e a segunda, para entender a gravidade associada à prática de determinadas situações pelos adolescentes (1=Muito grave; 2=Grave; 3=Pouco grave; 4=Nada grave; 5= Não sabe). A resposta “Não sabe” não foi considerada para o cálculo de medidas de tendência central.

De forma a interpretar as informações de modo mais claro, a análise de eventuais diferenças sobre a delinquência juvenil pela perspectiva dos estudantes Pós-Graduados, realizou-se o teste Mann-Whitney [Medianas e valor p (Mann-Whitney) que indica o erro associado à rejeição de H0] para a comparação das nossas expressões. O nível de significância estatística utilizado foi sempre de 0,05. As análises de fiabilidade mostraram que existe boa consistência interna (medida pelo alfa de Cronbach) nas duas partes do questionário com  $\alpha = 0.78$  (Grau de tolerância) e  $\alpha = 0.93$  (Gravidade). Estes resultados estão de acordo com o pressuposto de Nunnally (1978), que aponta um valor mínimo de  $\alpha = 0.70$  para que se considere a existência de boa consistência interna. Análises fatoriais não foram realizadas devido à baixa densidade amostral ( $n=14$ ).

As expressões foram agrupadas em seis categorias perante normas sociais e legais: família; a escola; sob o bairro e a vizinhança; tempos livres e grupo de pares; delinquências; e consumos aditivos e/ou abusivos. As quais foram retiradas de uma análise extensa de vários estudos portugueses realizados com adolescentes.

Em relação à categoria **família**, analisa-se a perceção sobre os comportamentos recorrendo a situações como: *sair à noite, sem permissão da casa dos pais; retirar dinheiro da carteira dos pais sem conhecimento dos mesmos; mentir aos pais para evitar um castigo; e fugir de casa.*

Sob o comportamento **escolar**, subdividimos esta categoria em comportamentos considerados por necessidade através de expressões como: *apoderar-se da caneta ao colega da escola sem autorização, porque se esqueceu da sua; e tirar o lanche ao colega de turma por ter fome.* Em comportamentos considerados por divertimento: *jogar jogos no telemóvel na sala de aulas; fumar na escola e incentivar os colegas a fumar também; perturbar os colegas e professores na sala de aulas; e copiar nos testes da escola.*

Para analisar a perceção de comportamentos não aceites no **bairro e a vizinhança**, grafitar edifícios públicos, e vandalizar jardins, lixeiras e bancos de jardim associadas ao vandalismo e por divertimento: *ouvir musica muito alta, durante a noite incomodando os vizinhos; fazer pontaria com a físga ao gato do vizinho idoso por diversão; pegar na bicicleta do vizinho para dar uma volta sem autorização e devolver a seguir.*

Sob os **tempos livres e grupo de pares**, também procuramos usar expressões de necessidade como: *consumir drogas ilegais para a sua integração no grupo de amigos*; e por divertimento: *brincar com os amigos com a espingarda do pai/avô*; *roubar uma coca-cola<sup>®</sup> do supermercado e consumir sem pagar*.

O comportamento relacionado com as **delinquências** foi subdividido em expressões para comportamentos considerados com o **roubo**: *roubar o rádio/CD de um carro, roubar a bicicleta do vizinho, para vender*; em expressões para o uso de **armas de fogo e brancas**: *usar armas brancas, usar armas de fogo*; para **a prostituição**: *ter práticas de prostituição, para ter dinheiro*; e relacionadas com o **código de estrada**: *andar de transportes públicos sem bilhete, conduzir um veículo sem carta de condução*.

Por último, **consumos aditivos e/ou abusivos**: *oferecer heroína aos amigos e consumir álcool ao fim-de-semana*.

A informação obtida através na nossa única pergunta aberta foi analisada qualitativamente pelo recurso à técnica da análise de conteúdo (Bardin 2009). Por análise de conteúdo designa-se todo o *conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens* (Bardin 2009:42). Através do estímulo induzido pela expressão *Delinquência Juvenil na adolescência*, era pretendida a associação livre a esta expressão de 3 palavras. O tratamento e análise das associações foram efetuadas de forma manual com base em critérios de frequência de repetição.

## 7. Limitações do estudo

Uma das grandes limitações para a elaboração deste estudo prendeu-se com a recolha de dados que foi realizada durante o mês de julho. Este é o mês que corresponde à conclusão dos estudos das PGs: *Antropologia Biológica e Forense* e de *Criminologia e Reinserção Social* por parte dos seus estudantes, tendo estes dedicado menor rapidez do que a pretendida ao envio das respostas ao questionário, prolongando-se a recolha pelo mês seguinte (agosto). Neste sentido e para facilitar esta situação, procurámos elaborar um inquérito por questionário muito simples e com uma linguagem objetiva, dando clareza às questões apresentadas.

Uma limitação do nosso estudo prende-se com a falta de bibliografia e literatura científica sobre a questão da representação da delinquência juvenil da realidade portuguesa que continua a ser escassa do ponto de vista da visão antropológica, ao contrário do que acontece noutros países europeus e no continente americano.

Sobre a aplicabilidade do conhecimento gerado por esta pesquisa, dever-se-á ter a consciência prévia de que os dados recolhidos e as suas conclusões representam as opiniões de uma das populações (PG-ABF) na sua totalidade, enquanto no caso dos estudantes da PG-CRS os dados representam as opiniões de 5 dos 6 alunos inscritos. Assim, as presentes conclusões não podem ser generalizadas a todos os jovens com estas idades, podendo apenas ser alargados a todos os estudantes das PGs em questão. O que se pretende saber prende-se com a realidade observada no esquema de análise por nós seleccionado, tecendo algumas reflexões sobre o perfil dos inquiridos no que diz respeito às representações da delinquência juvenil.

A escolha do ISCSP também foi conveniente tendo em conta o local de estudo do próprio autor embora tivesse sido ideal trabalhar com amostras de maior dimensão.

Outra limitação da presente investigação diz respeito à quase exclusividade do método quantitativo, que permite estabelecer facilmente relações de causalidade entre dois ou mais fenómenos, no entanto, do ponto de vista metodológico estudos antropológicos optam cada vez mais pela utilização conjunta de métodos quantitativos e qualitativos. No presente estudo, a “linha” qualitativa reflete-se através da utilização de uma questão aberta já referida, dando assim mais liberdade de resposta ao entrevistado.

**PARTE III**  
**RESULTADOS**



## 8. A caracterização da amostra: idade, género, pós-graduação e naturalidade

A amostra deste estudo é constituída por 14 estudantes de ambas as PGs, sendo 9 de ABF (64,3%) e 5 de CRS (35,7%). Apresentam idades compreendidas entre os 21 e os 31 anos, sendo a média de 25 anos de idade e o desvio padrão de 2,99 anos, permitindo afirmar que estamos na presença de uma população adulta jovem. Com predominância do género feminino (n=10/71,4%), relativamente ao género masculino (n=4/28,6%). Dos inscritos em ABF, 3 pertencem ao sexo masculino (33,3%) e 6 ao sexo feminino (66,7%); já no caso de CRS, 4 representam o sexo feminino (80%), e apenas 1 o sexo masculino (20%).

Comparando a naturalidade dos estudantes, também se destaca o meio urbano (n=11/78,6%), com Lisboa (n=7), Famalicão (n=2), Amadora (n=1), Montijo (n=1) e Sintra (n=1), em relação ao meio rural (n=3/21,4%), Santarém (n=2) e Beja (n=1), como demonstramos da tabela 1.

**Tabela 1.** Distribuição da amostra por: idade, género, pós-graduação e naturalidade

Classe	Frequência	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Género:			
Masculino	4	28.6 %	28,6%
Feminino	10	71.4%	100%
Idade:			
21	1	7.1%	7.1%
22	2	14.3%	21,4%
23	3	21,4%	42,9%
24	1	7,1%	50.0%
25	2	14,3%	64,3%
27	2	14,3%	78,6%
28	1	7,1%	85,7%
29	1	7,1%	92,9%
31	1	7,1%	100%
(DP – 2.99); (M – 25); (Mmáx- 31); (Mmin – 21)			
Pós-Graduação:			
ABF	9	64,3%	64,3%
CRS	5	35,7 %	100%
Naturalidade:			
Zona Rural	3	21.4%	21,4%
Zona Urbana	11	88.6%	100%
TOTAL		n= 14	

## 9. Representação/Percepção social da delinquência juvenil

*Todos os seres humanos guardam no seu cérebro uma  
imagem do mundo onde vivem [...]*  
(Esteves 1999: 31)

### 9.1. Análise de conteúdo: a percepção da delinquência juvenil na adolescência

A primeira aproximação que iremos abordar no contexto da **delinquência juvenil na adolescência**, centra-se na percepção deste mesmo conceito, pelos estudantes de ambas as PGs, através da associação livre de palavras. Apresenta-se aqui, uma análise das respostas obtidas, através do estímulo induzido pela expressão **delinquência juvenil na adolescência**.

A distribuição de palavras de ambos os grupos de estudantes, de acordo com os critérios de frequência e ordem média de evocação, estão expressos na Tabela 2. Num total de 42 palavras (28 das quais diferentes), foram associadas aos comportamentos considerados incorretos praticados pelos adolescentes (respostas apresentadas pelos estudantes à questão nº 5 - a única questão aberta presente no inquérito por questionário).

**Tabela 2.** Associação de palavras à delinquência juvenil: ABF e CRS (total - 42 palavras)

Palavras	Frequência	Percentagens (%)
Drogas	6	14,3
Álcool	5	11,9
Vandalismo	2	4,7
Comportamento desviante	2	4,7
Agressividade	2	4,7
Família	2	4,7
Rebeldia	2	4,7
Falta de afetividade	1	2,4
Comportamento antissocial	1	2,4
Grupo de pares	1	2,4
Impulsividade	1	2,4
Imaturidade	1	2,4

Autoafirmação	1	2,4
Insucesso escolar	1	2,4
Irresponsabilidade	1	2,4
Consumistas	1	2,4
Sexo desprotegido	1	2,4
Automutilação	1	2,4
Alienação	1	2,4
Psicopatia	1	2,4
Violência	1	2,4
Criminalidade	1	2,4
Liberdade	1	2,4
Ingenuidade	1	2,4
Negligencia	1	2,4
Pressão	1	2,4
Autoestima	1	2,4
Educação	1	2,4
<b>TOTAL</b>	<b>n= 42</b>	<b>100%</b>

Para a nossa expressão indutora, as 3 palavras mais associadas foram a **Droga** com um total de 6 evocações. A esta, seguiu-se o **Álcool** com 5 evocações e por último, o **Vandalismo**, o **Comportamento Desviante**, a **Agressividade**, a **Família** e a **Rebeldia**, todas com 2 evocações. As restantes, Falta de Afetividade, Comportamento Antissocial Grupo de Pares, Impulsividade, Imaturidade, Autoafirmação, sucesso Escolar, Irresponsabilidade, Consumistas, Sexo Desprotegido, Automutilação, Alienação, Psicopatia, Violência, Criminalidade, Liberdade, Ingenuidade, Negligencia, Pressão, Autoestima, Educação, todas apenas com 1 Evocação.

Para melhor visualizar as diferenças entre os dois grupos de estudantes de ABF e CRS, foram elaboradas a Tabela 3 (ABF) e a Tabela 4 (CRS), as quais mostram as 3 evocações mais associadas à nossa expressão, para cada um dos grupos.

Os estudantes de ABF apontam com maior representatividade, o consumo de **Droga** com 5 evocações, o consumo de **Álcool** com 4 evocações e o **Vandalismo** com 2.

**Tabela 3.** Associação de palavras à delinquência juvenil em ABF

Palavras	Frequência
Drogas	5
Álcool	4
Vandalismo	2

Os estudantes de CRS associam a delinquência juvenil na adolescência ao **Comportamento Desviante**, à **Agressividade** e à **Família**, todas com 2 evocações.

**Tabela 4.** Associação de palavras à delinquência juvenil em CRS

Palavras	Frequência
Comportamento desviante	2
Agressividade	2
Família	2

## 9.2. Atitudes e comportamentos delinquentes

A **tolerância** aos estímulos induzidos através de expressões de comportamentos revelam-se importantes para perceber a percepção dos dois grupos em estudo. Recorre-se em primeiro lugar à análise descritiva - Tabelas de Frequências totais (Tabela 5 e 9) e de Gráficos de Percentagem (1-27).

**Tabela 5.** Tolerância às normas sociais na adolescência (frequências totais)

Itens	ABF					CRS				
	MT	T	PT	NT*	Total	MT	T	PT	NT*	Total
<b>Roubar uma coca-cola® do supermercado e consumir sem pagar</b>	1	4	3	1	9	-	1	3	1	5
Jogar jogos no telemóvel na sala de aulas	-	4	3	2	9	-	-	3	2	5
<b>Ouvir música muito alta durante a noite incomodando os vizinhos</b>	-	4	2	3	9	-	1	3	1	5
Apoderar-se da caneta ao colega da escola sem autorização, porque se esqueceu da sua	-	3	4	2	9	-	2	3	-	5
<b>Sair à noite sem permissão da casa dos pais</b>	-	1	3	5	9	-	-	1	4	5
Fumar na escola e incentivar os colegas a fumar também	-	-	3	6	9	-	-	-	5	5
<b>Perturbar os colegas e professores na sala de aulas</b>	-	-	5	4	9	-	-	5	-	5
Copiar nos testes da escola	2	3	4	-	9	-	1	3	1	5
<b>Tirar o lanche ao colega de turma por ter fome</b>	-	4	1	4	9	-	3	-	2	5

Retirar dinheiro da carteira dos pais sem conhecimento dos mesmos	-	-	4	<b>5</b>	9	-	-	2	<b>3</b>	5
<b>Fazer pontaria com a fisga ao gato do vizinho idoso por diversão</b>	-	1	2	<b>6</b>	9	-	-	<b>3</b>	2	5
Pegar na bicicleta do vizinho para dar uma volta sem autorização e devolver a seguir	-	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	9	-	<b>2</b>	<b>2</b>	1	5
<b>Brincar com os amigos com a espingarda do pai/avô</b>	-	-	1	<b>8</b>	9	-	-	-	<b>5</b>	5
Consumir álcool ao fim-de-semana	1	<b>3</b>	<b>3</b>	2	9	-	-	<b>5</b>	-	5
<b>Mentir aos pais para evitar um castigo</b>	1	<b>4</b>	3	1	9	-	1	<b>3</b>	1	5
Fugir de casa	1	2	-	<b>6</b>	9	-	-	-	<b>5</b>	5
TOTAL					N=14					

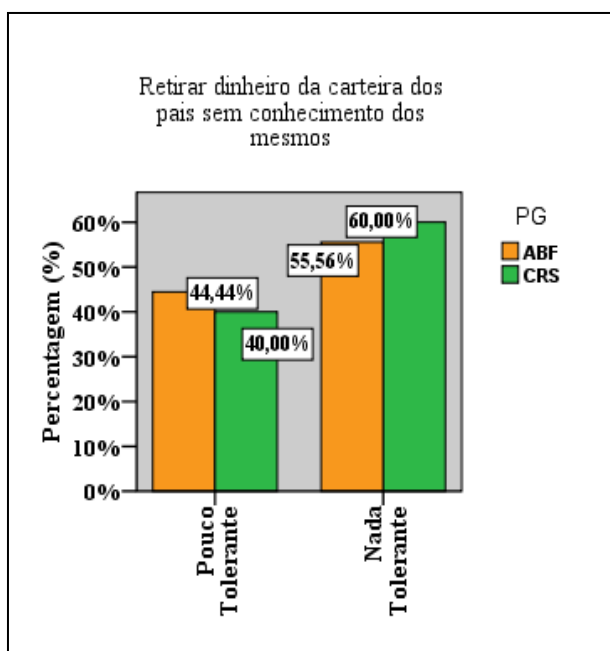
\*(MT) Muito tolerante; (T) Tolerante; (PT) Pouco Tolerante; (NT) Nada tolerante

Fazendo uma análise sobre a percepção em relação às normas sociais sobre a **família** (gráfico 1,2,3,4), a expressão *Retirar dinheiro da carteira dos pais sem conhecimento dos mesmos* é vista pela maioria dos estudantes da PG-ABF (n=5/56,6%) como um comportamento **nada tolerante**. Também assim a percebem os estudantes de CRS (n=3/60%).

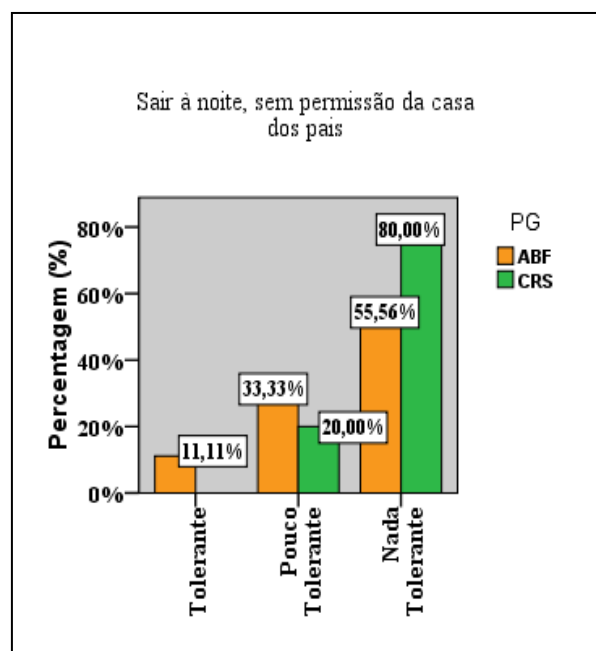
De igual modo, *Sair à noite sem permissão da casa dos pais* é também uma postura **nada tolerante** para os nossos estudantes. A maioria dos estudantes da PG-CRS (n=4/80%) entende-a como **nada tolerante**, assim como a maioria da PG-ABF (n=5/55,6%).

No mesmo sentido, *Fugir de casa* é percebida pela totalidade dos estudantes respondentes da PG-CRS (n=5/100%), como **nada tolerante**, e pela maioria dos estudantes da PG-ABF (n=6/66,7%).

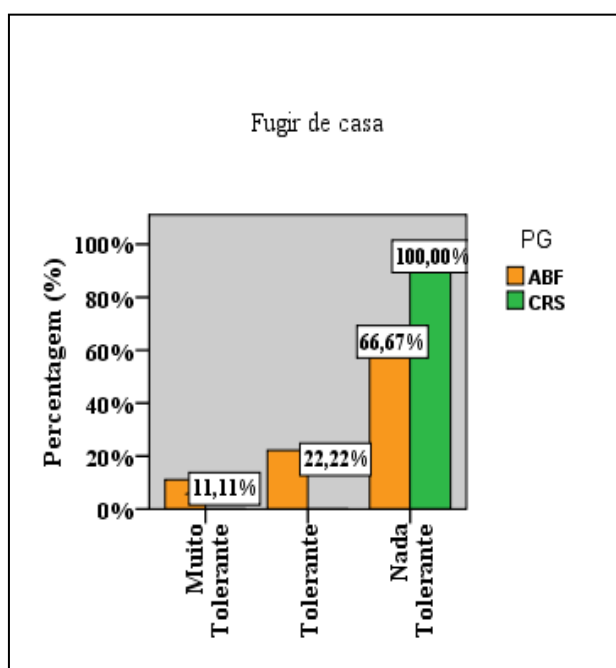
Por outro lado, a expressão *Mentir aos pais para evitar um castigo*, é expressa como um comportamento adolescentes mais tolerante (**tolerante**) por parte dos estudantes da PG-ABF (4/44,4%) e **menos tolerante** pelos estudantes da PG-CRS (3/60%).



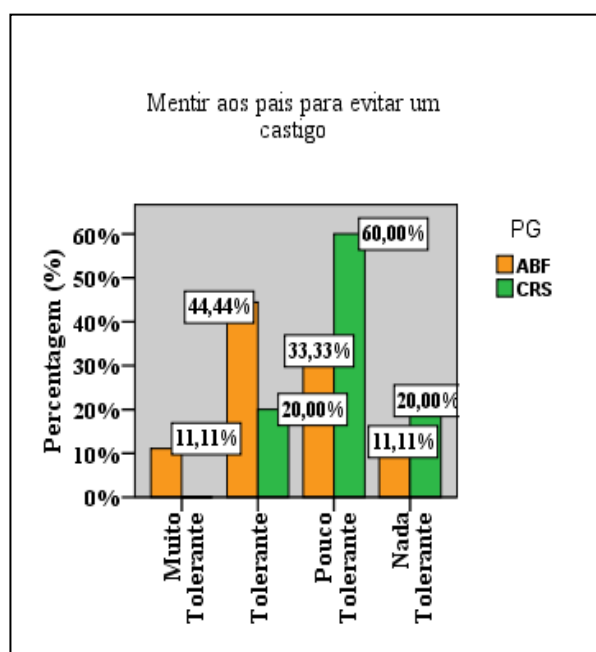
**Gráfico 1 (%)** Tolerância para a expressão *Retirar dinheiro da carteira dos pais sem conhecimento dos mesmos*



**Gráfico 2 (%)** Tolerância para a expressão *Sair à noite sem permissão da casa dos pais*



**Gráfico 3 (%)** Tolerância para a expressão *Fugir de casa*



**Gráfico 4 (%)** Tolerância para a expressão *Mentir aos pais para evitar um castigo*

No entanto, perante a tabela 7, não foram encontradas diferenças significativas entre quaisquer itens no que concerne à comparação entre os estudantes da PG-ABF e da PG-CRS

diz respeito. Ainda assim foram encontrados valores medianos diferentes para a expressão *Mentir aos pais para evitar um castigo*, no qual os estudantes de AFB ( $M_e=2$ ) se mostraram mais tolerantes.

**Tabela 6.** Família

Grau de tolerância relativo ao comportamento de jovens adolescentes	ABF	CRS	p*
Sair à noite, sem permissão da casa dos pais	4	4	0.34
Retirar dinheiro da carteira dos pais sem conhecimento dos mesmos	4	4	0.88
Mentir aos pais para evitar um castigo	2	3	0.23
Fugir de casa	4	4	0.16

\*Medianas e valor p (Mann-Whitney)

Por outro lado, em relação ao comportamento social considerado aceitável em sociedade no meio **escolar** (gráficos 5,6,7,8,9,10), os nossos estudantes Pós-graduados manifestam que situações como: *Apoderar-se da caneta ao colega da escola sem autorização, porque se esqueceu da sua*, são condutas pouco consentidas. É entendida pelos estudantes da PG-ABF (n=4/44,4%) e da PG-CRS (n=3/60%) como atitudes **pouco tolerantes**.

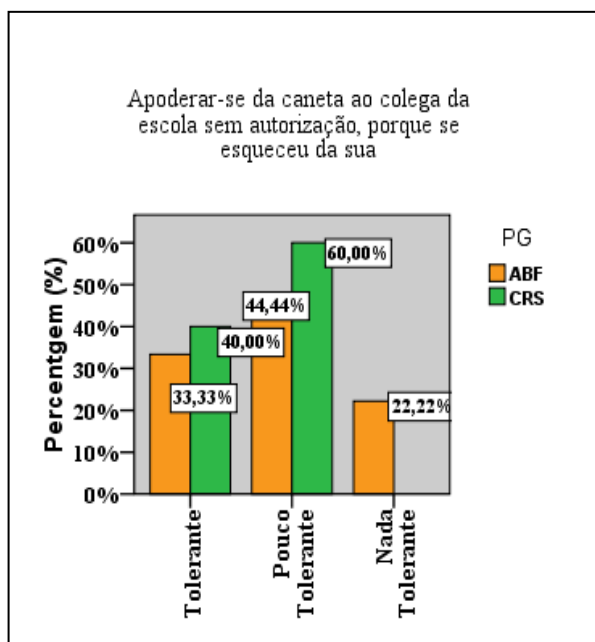
No entanto, *Tirar o lanche ao colega de turma por ter fome* é um comportamento expresso com **alguma tolerância** por parte da PG-CRS (n=3/60%). Mas para a PG-ABF é considerado um comportamento **tolerante e nada tolerante**, ambos com a mesma percentagem (n=4/44,4%).

Na análise de expressões relacionadas com o comportamento delinquentes por **diversão em meio escolar**, os nossos estudantes Pós-graduados consideram que *Jogar jogos no telemóvel na sala de aulas*, são comportamentos adolescentes mais tolerantes (**tolerante**) por parte dos estudantes da PG-ABF (n=4/44,4%) e menos pelos estudantes da PG-CRS (3/60%) (**pouco tolerante**).

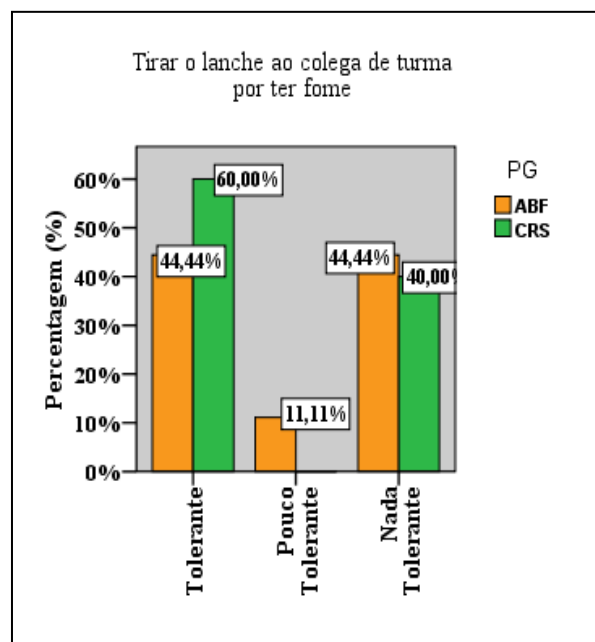
Mas por outro lado, *Copiar nos testes da escola* são entendidos pelos estudantes da PG-ABF (n=4/44,4%) e da PG-CRS (n=3/60%) como atitudes **pouco tolerantes**.

*Perturbar os colegas e professores na sala de aulas*, também é um comportamento **pouco tolerável** para ambos os grupos. Para todos os estudantes da PG-CRS (n=5/100%) esta é uma prática considerada pouco tolerante e para os da PG-ABF apesar da maioria a considerar pouco tolerante (n=5/55,6 %), os restantes a consideram nada tolerante (n=4/44,4%).

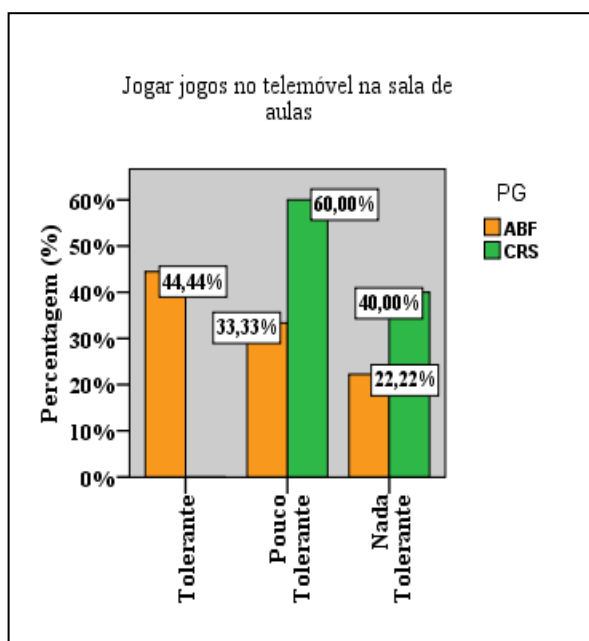
Na análise da expressão *Fumar na escola e incentivar os colegas a fumar* a percepção entendida pela maioria dos estudantes da PG-ABF (n=6/66,7) e a totalidade dos estudantes respondentes da PG-CRS (n=5/100%), é assumida como uma atitude **nada tolerante**.



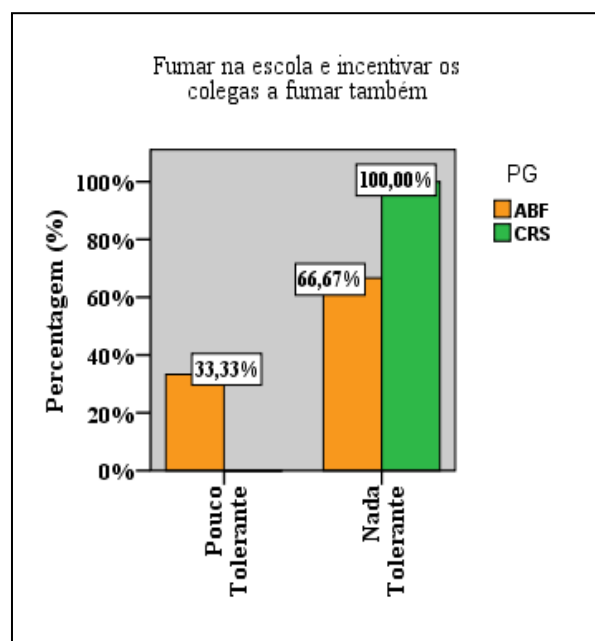
**Gráfico 5 (%)** Tolerância para a expressão *Apoderar-se da caneta ao colega da escola sem autorização, porque se esqueceu da sua*



**Gráfico 6 (%)** Tolerância para a expressão *Tirar o lanche ao colega de turma por ter fome*

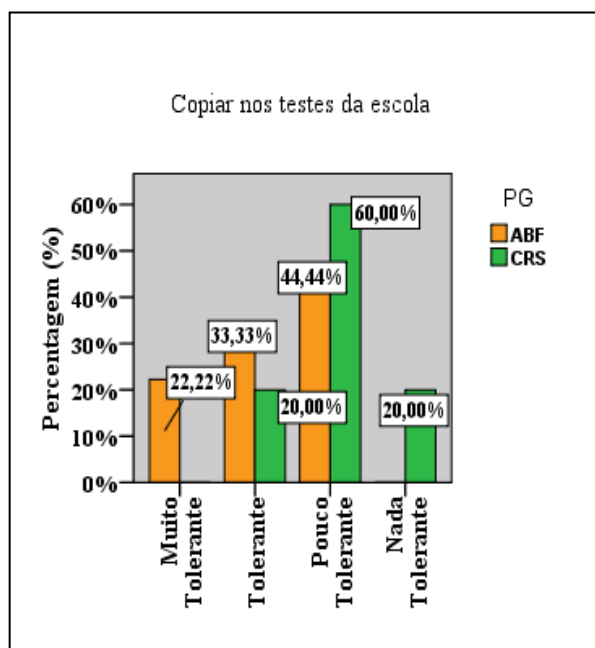


**Gráfico 7 (%)** Tolerância para a expressão *Jogar jogos no telemóvel na sala de aulas*

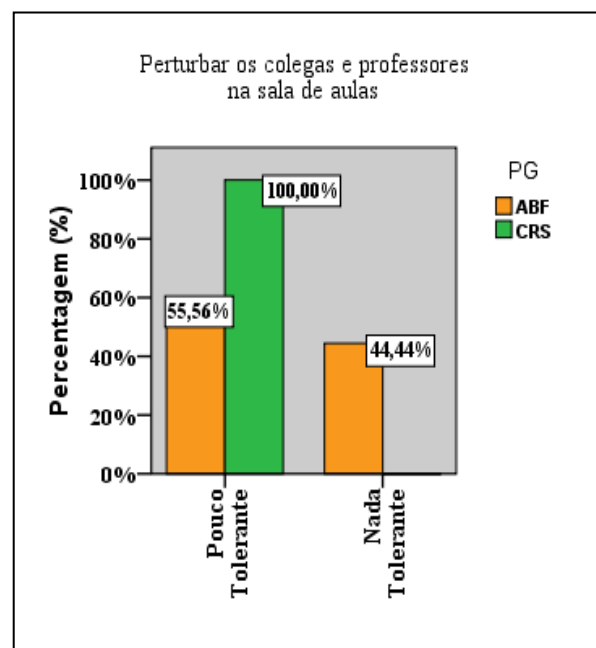


**Gráfico 8 (%)** Tolerância para a expressão *Fumar na escola e incentivar os colegas a fumar também*





**Gráfico 9 (%)** Tolerância para a expressão  
*Copiar nos testes da escola*



**Gráfico 10 (%)** Tolerância para a expressão  
*Perturbar os colegas e professores na sala de aulas*

Segundo a Tabela 8, não foram encontradas diferenças significativas entre a PG-ABF e da PG-CRS. No entanto, foram encontrados valores medianos diferentes para a expressão *Copiar nos testes da escola* ( $M_e=2$ ) onde novamente os estudantes de AFB se mostraram mais tolerantes. Também, para a expressão *Tirar o lanche ao colega de turma por ter fome* ( $M_e=2$ ) no qual, foram os estudantes de CRS que deram respostas mais tolerantes.

**Tabela 7.** Sob a escola

Grau de tolerância relativo ao comportamento de jovens adolescentes	ABF	CRS	p*
Apoderar-se da caneta ao colega da escola sem autorização, porque se esqueceu da sua	3	3	0.51
Tirar o lanche ao colega de turma por ter fome	3	2	0.71
Jogar jogos no telemóvel na sala de aulas	3	3	0.16
Copiar nos testes da escola	2	3	0.11
Perturbar os colegas e professores na sala de aulas	3	3	0.09
Fumar na escola e incentivar os colegas a fumar também	4	4	0.16

\*Medianas e valor p (Mann-Whitney)

Para facilitar a interpretação da análise descritiva foram calculadas a média (M), a mediana ( $M_e$ ) e o desvio padrão (DP). Destacam-se os valores medianos devido à pequena

dimensão da amostra. Pode-se observar (Tabela 6) que 5 expressões tiveram destaque: *sair à noite sem permissão da casa dos pais* ( $M_e=4$ ), *fumar na escola e incentivar os colegas a fumar também* ( $M_e=4$ ), *retirar dinheiro da carteira dos pais sem conhecimento dos mesmos* ( $M_e=4$ ), *fazer pontaria com a fisga ao gato do vizinho idoso por diversão* ( $M_e=4$ ), *brincar com os amigos com a espingarda do pai/avô* ( $M_e=4$ ), e *fugir de casa* ( $M_e=4$ ).

**Tabela 8.** Média (M), Mediana ( $M_e$ ) e Desvio Padrão (DP) das respostas do questionário (Tolerância dos comportamentos)

Grau de tolerância relativo ao comportamento de jovens adolescentes	M	$M_e$	DP
Roubar uma coca-cola® do supermercado e consumir sem pagar	2.64	3	0,84
Jogar jogos no telemóvel na sala de aulas	3.00	3	0,78
Ouvir musica muita alta durante a noite incomodando os vizinhos	2.93	3	0,83
Apoderar-se da caneta ao colega da escola sem autorização porque se esqueceu da sua	2.79	3	0,70
Sair à noite sem permissão da casa dos pais	3.57	4	0,65
Fumar na escola e incentivar os colegas a fumar também	3.79	4	0,43
Perturbar os colegas e professores na sala de aulas	3.29	3	0,50
Copiar nos testes da escola	2.50	3	0,85
Tirar o lanche ao colega de turma por ter fome	2.93	3	0,99
Retirar dinheiro da carteira dos pais sem conhecimento dos mesmos	3.57	4	0,51
Fazer pontaria com a fisga ao gato do vizinho idoso por diversão	3.50	4	0,61
Pegar na bicicleta do vizinho para dar uma volta sem autorização e devolver a seguir	2.93	3	0,82
Brincar com os amigos com a espingarda do pai/avô	3.93	4	0,27
Consumir álcool ao fim-de- semana	2.79	3	0,80
Fugir de casa	3.50	4	1,01

A perceção sobre a **gravidade** que determinados comportamentos compreendem na adolescência, exerce sobre a nossa amostra uma conduta pouco compreensível.

Introduzimos aqui agora, também alguns contextos e comportamentos expressos no nosso questionário.

**Tabela 9.** Gravidade associada às normas legais na adolescência (frequências totais)

Itens	ABF					CRS				
	MG	G	PG	NG	Total	MG	G	PG	NG	Total
<b>Grafitar edifícios públicos</b>	1	2	2	4	9	2	1	2	-	5
Andar de transportes públicos sem bilhete	-	2	5	2	9	-	3	2	-	5
<b>Usar armas brancas</b>	7	1	-	1	9	5	-	-	-	5
Usar armas de fogo	7	1	-	1	9	5	-	-	-	5
<b>Vandalizar jardins lixeiras e bancos de jardim</b>	3	5	-	1	9	-	4	1	-	5
Ter práticas de prostituição para ter dinheiro	7	-	1	1	9	4	1	-	-	5
<b>Roubar o rádio/CD de um carro</b>	8	-	-	1	9	4	1	-	-	5
Consumir drogas ilegais para a sua integração no grupo de amigos	4	2	2	1	9	2	2	1	-	5
<b>Conduzir um veículo sem carta de condução</b>	4	3	3	-	9	4	1	-	-	5
Roubar a bicicleta do vizinho para vender	6	2	-	1	9	4	1	-	-	5
<b>Oferecer heroína aos amigos</b>	8	-	-	1	9	5	-	-	-	5
<b>TOTAL</b>	<b>N=14</b>									

\*(MG) Muito Grave; (G) Grave; (PG) Pouco Grave; (NG) Nada Grave

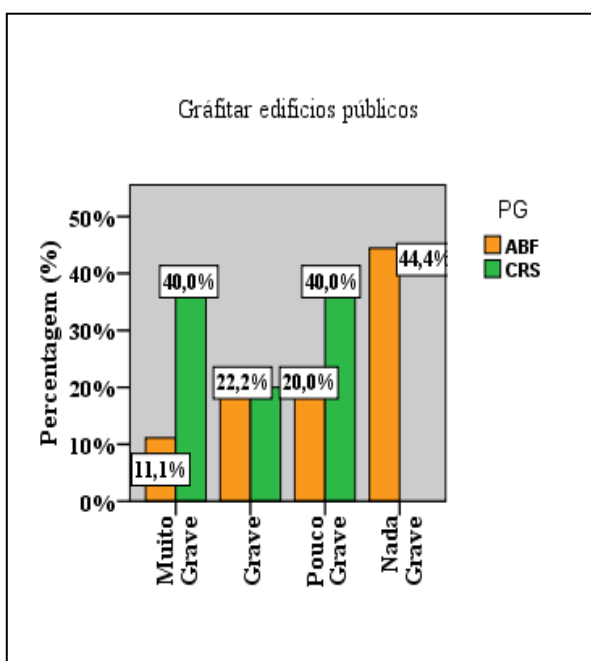
Para além das frequências, também foram calculadas a média, a mediana e o desvio padrão. Destacam-se os valores medianos devido à pequena dimensão da amostra, *Grafitar edifícios públicos* (Me=3); *Andar de transportes públicos sem bilhete* Me=(3).

**Tabela 10.** Média (M), Mediana (Me) e Desvio Padrão (DP) das respostas do questionário (gravidade dos comportamentos)

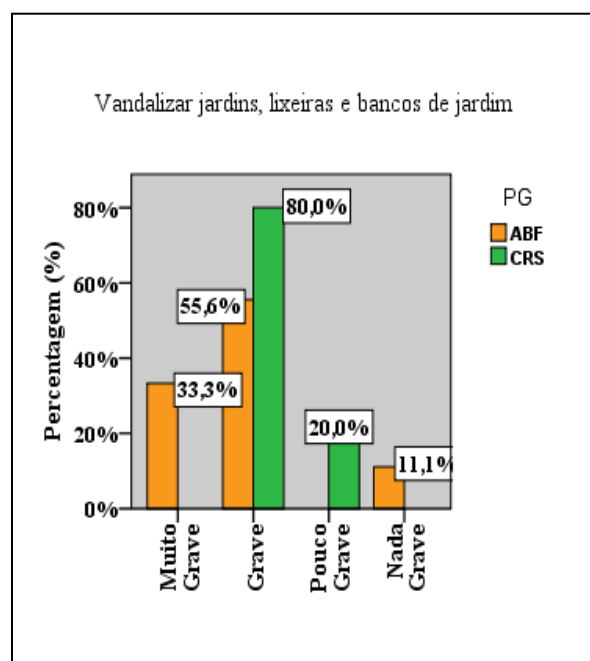
Gravidade associada à prática de situações pelos adolescentes	M	Me	DP
Grafitar edifícios públicos	2.64	3	1,15
Andar de transportes públicos sem bilhete	2.79	3	0,70
Usar armas brancas	1.29	1	0,83
Usar armas de fogo	1.29	1	0,83
Vandalizar jardins lixeiras e bancos de jardim	2.00	2	0,78
Ter práticas de prostituição para ter dinheiro	1.43	1	0,94
Roubar o rádio/CD de um carro	1.29	1	0,82
Consumir drogas ilegais para a sua integração no grupo de amigos	1.93	2	0,99
Conduzir um veículo sem carta de condução	1.57	1	0,75
Roubar a bicicleta do vizinho para vender	1.43	1	0,85
Oferecer heroína aos amigos	1.21	1	0.80

Ao **bairro** (gráficos 11,12) associamos expressões relacionadas com o vandalismo. Assim, a percepção sobre *grafitar edifícios públicos* não existe um consenso de opinião para os nossos estudantes da PG-CRS. A maioria vê esta ação como **muito grave** (n=2/40%) e como **pouco grave** (n=2/40%). Ao contrário de ABF que a maioria dos estudantes (n=4/44,4%) a considera como **nada grave**.

Por outro lado, *Vandalizar jardins, lixeiras e bancos de jardim* é um comportamento **grave** para a maioria dos nossos estudantes da PG-CRS (n=3/80%), assim como, para a maioria da PG-ABF (n=5/55,6%), entende que esta conduta é **grave**, e uma pequena percentagem julga esta conduta como **muito grave** (n=3/33,3%).



**Gráfico 11 (%)** Gravidade para a expressão *Grafitar edifícios públicos*

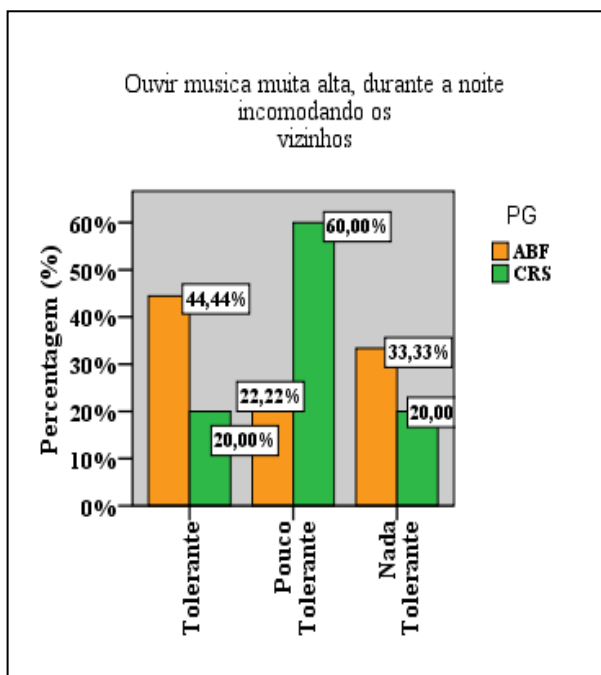


**Gráfico 12 (%)** Gravidade para a expressão *Vandalizar jardins, lixeiras e bancos de jardim*

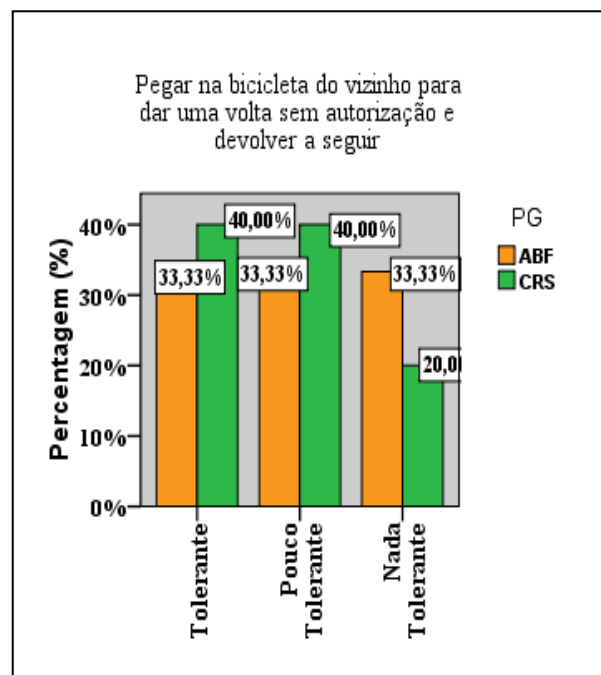
No que diz respeito à vizinhança, (gráficos 13,14,15) colocamos expressões comportamentais relacionadas com o divertimento. Neste prisma, *ouvir música muita alta, durante a noite incomodando os vizinhos* é um comportamento adolescente mais **tolerante** por parte dos estudantes da PG-ABF (4/44,4%) e menos pelos estudantes da PG-CRS (3/60%).

*Fazer pontaria com a fisga ao gato do vizinho idoso por diversão* é compreendido para a maioria da PG-ABF como um procedimento **nada tolerante** (n=6/66,7%). No entanto, a PG-CRS entende-a como **pouco tolerante** (n=3/60%).

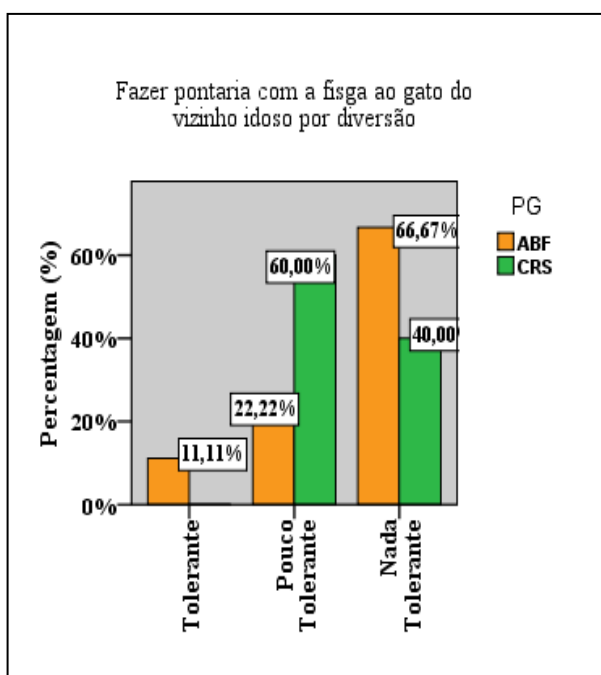
*Pegar na bicicleta do vizinho para dar uma volta sem autorização e devolver a seguir* não tem um consenso de opinião para os nossos estudantes. A PG-ABF vê este tipo de comportamento como **tolerante** (n=3/33, 3%), **pouco tolerante** (n=3/33,3%) e **nada tolerante** (n=3/33,3%). No caso dos estudantes de CRS, a maioria destes consideram-na como **tolerante** (n=2/40%) e **pouco tolerante** (n=2/40%).



**Gráfico 13 (%)** Gravidade para a expressão *Ouvir música alta durante a noite incomodando os vizinhos*



**Gráfico 14 (%)** Tolerância para a expressão *Pegar na bicicleta do vizinho para dar uma volta sem autorização e devolver a seguir*



**Gráfico 15 (%)** Gravidade para a expressão *fazer pontaria com a fisga ao gato do vizinho por diversão*

De acordo com a Tabela 11, não foram encontradas diferenças significativas entre as nossas expressões. No entanto, encontraram-se valores medianos diferentes para a expressão *Fazer pontaria com a fisga ao gato do vizinho idoso por diversão* ( $M_e=3$ ) onde os estudantes de CRS se mostraram mais tolerantes.

Ao contrário, para a expressão *Grafitar edifícios públicos* ( $M_e=3$ ), foram os estudantes de ABF que deram respostas mais tolerantes.

**Tabela 11.** Delinquências no bairro e na vizinhança

<b>Grau de tolerância relativo ao comportamento de jovens adolescentes</b>	<b>ABF</b>	<b>CRS</b>	<b>P*</b>
Ouvir musica muita alta, durante a noite incomodando os vizinhos	3	3	0.78
Fazer pontaria com a fisga ao gato do vizinho idoso por diversão	4	3	0.49
Pegar na bicicleta do vizinho para dar uma volta sem autorização e devolver a seguir	3	3	0.67
<b>Gravidade associada à prática de situações pelos adolescentes</b>			
Grafitar edifícios públicos	3	2	0.11
Vandalizar jardins, lixeiras e bancos de jardim	2	2	0.24

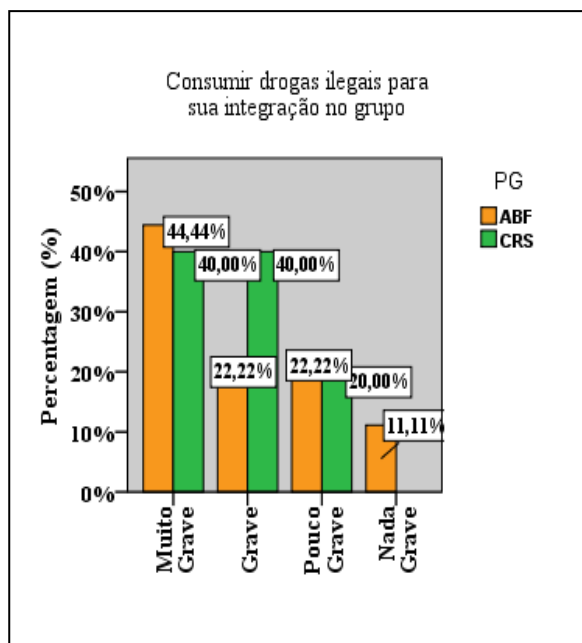
\*Medianas e valor p (Mann-Whitney)

Em relação aos **tempos livres e grupo de pares** (gráficos 16,17,18,19) analisa-se a percepção associada a expressões como o: *Consumir drogas ilegais para a sua integração no grupo de amigos* considerada uma conduta reprovável para a maioria dos estudantes da PG-ABF ( $n=4/44,4\%$ ). Para os nossos estudantes da PG-CRS é também um comportamento nada tolerante, com uma igualdade entre muito grave ( $n=4/40\%$ ) e grave ( $n=4/40\%$ ) (gráfico 16).

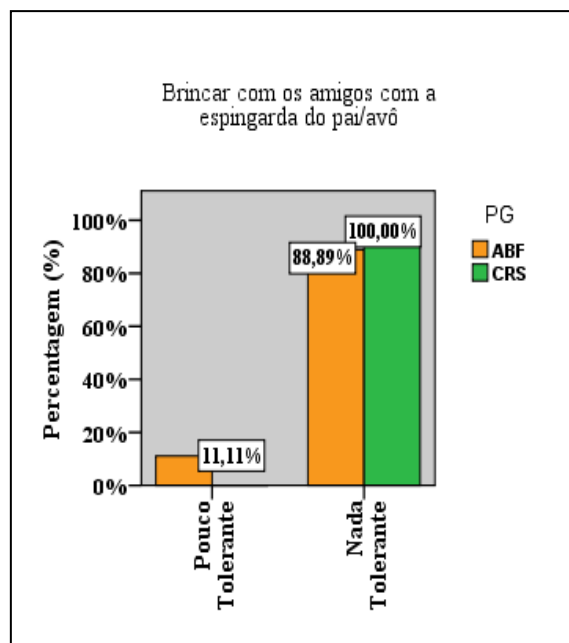
*Brincar com os amigos com a espingarda do pai/avô* não é um comportamento **nada tolerante** pelos estudantes da PG-CRS ( $n=5/100\%$ ), e pela maioria dos estudantes da PG-ABF ( $n=8/88,9\%$ ).

*Roubar uma coca-cola® do supermercado e consumir sem pagar*, já é um comportamento adolescente mais **tolerante** por parte dos estudantes da PG-ABF ( $n=4/44,4\%$ ) ao contrário dos estudantes da PG-CRS ( $n=3/60\%$ ), que o consideram **pouco tolerante**.

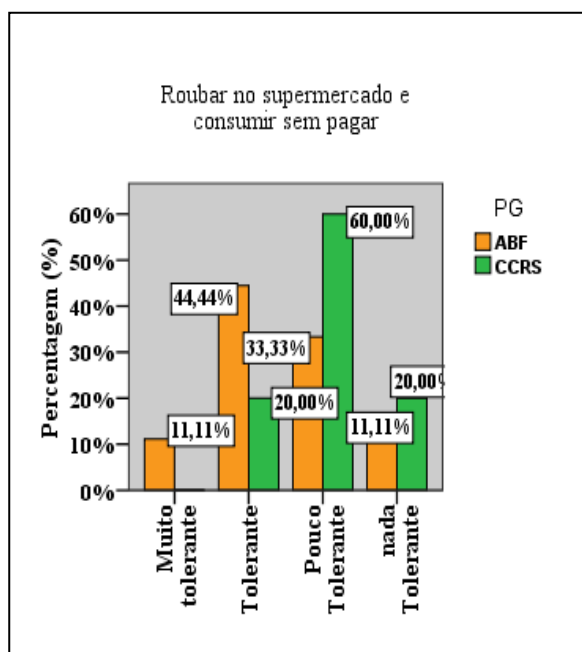
Por outro lado, *Andar de transportes públicos sem bilhete* é um comportamento mais aceitável por parte da maioria dos nossos estudantes da PG-ABF, que consideram esta atitude como **pouco grave** ( $n=5/55,6\%$ ). No caso dos estudantes da PG-CRS a maioria condena esta atitude ( $n=3/60\%$ ) referindo-a como **grave**.



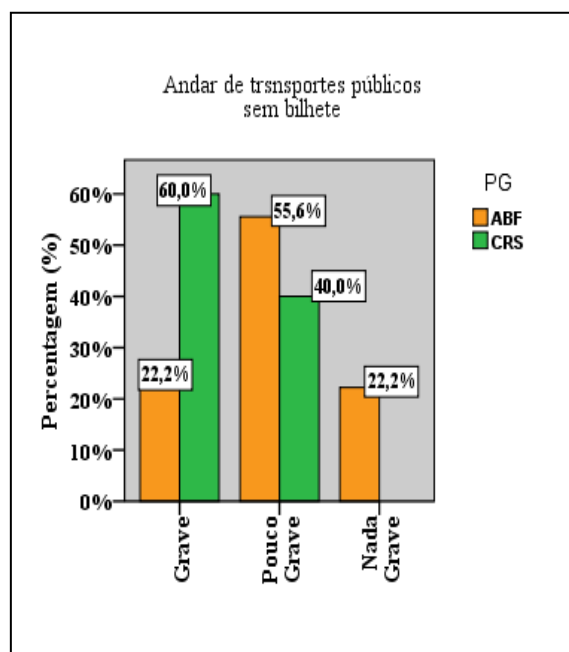
**Gráfico 16 (%)** Gravidade para a expressão *Consumir drogas ilegais para a sua integração no grupo de amigos*



**Gráfico 17 (%)** Tolerância para a expressão *Brincar com os amigos com a espingarda do pai/avô*



**Gráfico 18 (%)** Tolerância para a expressão *Roubar uma coca-cola do supermercado e consumir sem pagar*



**Gráfico 19 (%)** Gravidade para a expressão *Andar de transportes públicos sem bilhete*

De acordo com a Tabela 12 não foram encontradas diferenças significativas entre as nossas expressões. Apenas foram encontrados valores medianos diferentes para a expressão

*Roubar uma coca-cola® do supermercado e consumir sem pagar* ( $M_e=2$ ) onde os estudantes de ABF se mostraram mais tolerantes.

**Tabela 12.** Delinquências nos tempos livres e grupo de pares

Grau de tolerância relativo ao comportamento de jovens adolescentes	ABF	CRS	P*
Roubar uma coca-cola do supermercado e consumir sem pagar	2	3	0.23
Brincar com os amigos com a espingarda do pai/avô	4	4	0.46
<b>Gravidade associada à prática de situações pelos adolescentes</b>			
Consumir drogas ilegais para a sua integração no grupo de amigos	2	2	0.83

\*Medianas e valor p (Mann-Whitney)

No comportamento relacionado com as **delinquências** (20,21,22,23,24,25), *Roubar o rádio/CD de um carro* é percebido pela maioria dos estudantes da PG-ABF ( $n=8/88,9\%$ ) e a totalidade dos estudantes respondentes da PG-CRS ( $n=5/100\%$ ), como um comportamento **muito grave**.

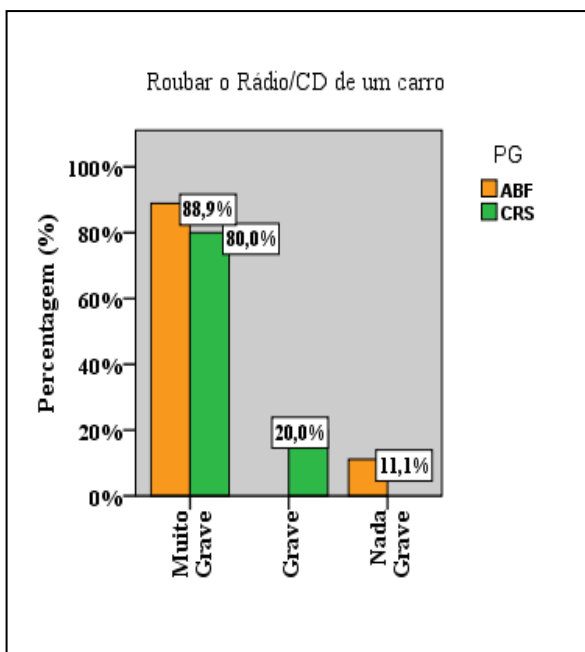
*Roubar a bicicleta do vizinho para vender* também é para a maioria dos nossos estudantes uma conduta **muito grave** por parte da PG-ABF ( $n=6/6,6\%$ ) e da PG-CRS ( $n=4/80\%$ ).

*Usar armas brancas* e *Usar armas de fogo* são condutas assinaladas como **muito graves**, com a mesma expressividade pelos estudantes da PG-ABF ( $n=7/77,8\%$ ) e da PG-CRS ( $n=5/100\%$ ).

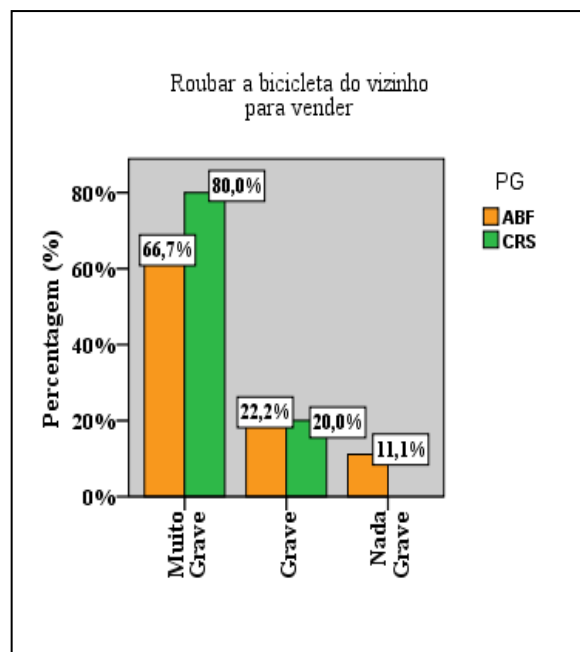
*Ter práticas de prostituição para ter dinheiro* é percebida como uma conduta **muito grave**, para os nossos estudantes da PG-ABF ( $n=7/77,8\%$ ) e da PG-CRS ( $n=4/80\%$ ).

A conduta para *Conduzir um veículo sem carta de condução* é um comportamento mais tolerante por parte dos estudantes da PG-ABF, no entanto para a maioria este continua a ser um comportamento **muito grave** ( $n=4/44,4\%$ ), assim como para a PG-CRS ( $n=3/80\%$ ).

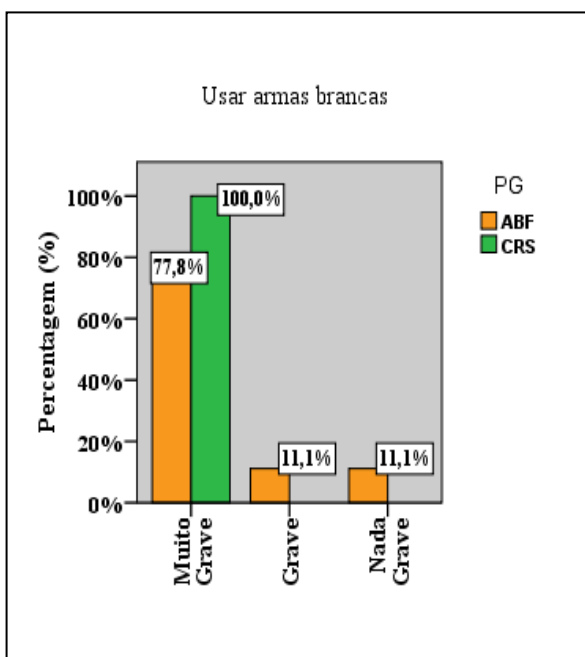




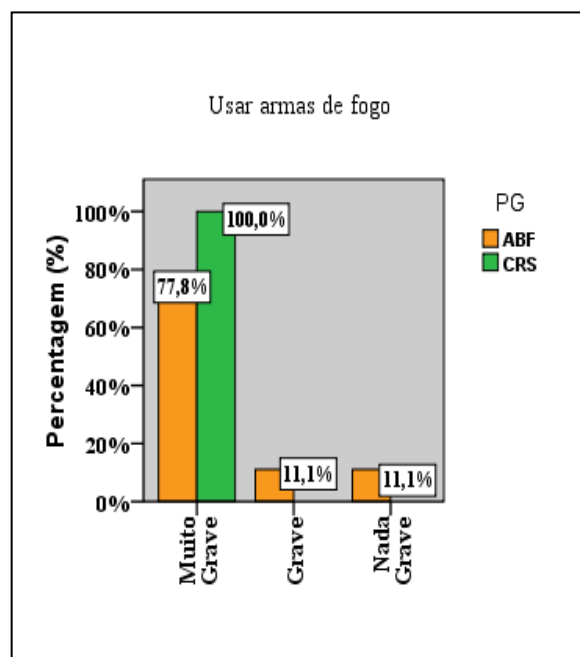
**Gráfico 20.** (%) Gravidade para a expressão *Roubar o rádio/CD de um carro*



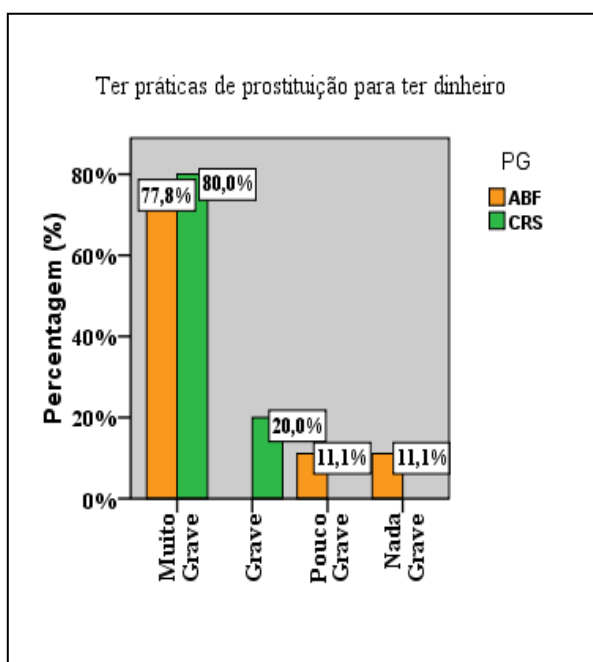
**Gráfico 21.** (%) Gravidade para a expressão *Roubar a bicicleta do vizinho para vender*



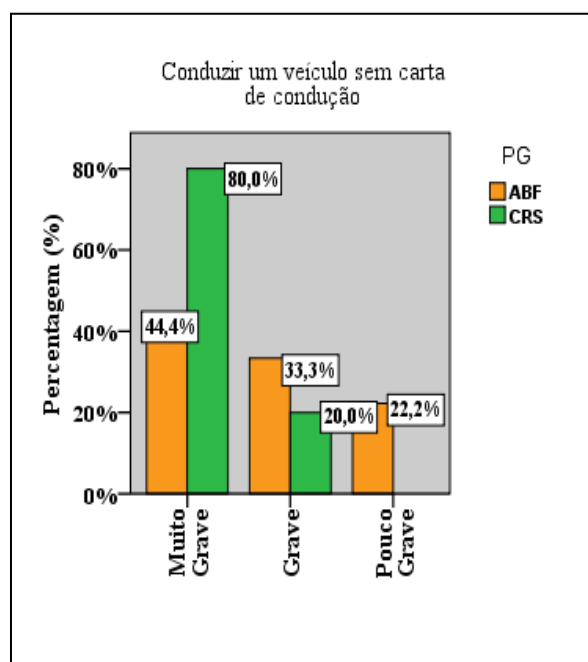
**Gráfico 22.** (%) Gravidade para a expressão *Usar armas brancas*



**Gráfico 23.** (%) Gravidade para a expressão *Usar armas de fogo*



**Gráfico 24.** (%) Gravidade para a expressão *Ter práticas de prostituição para ter dinheiro*



**Gráfico 25.** (%) Gravidade para a expressão *Conduzir um veículo sem carta de condução*

De acordo com a Tabela 13, podemos afirmar que não foram encontrados valores com significância estatística entre as nossas expressões. No entanto, foram encontrados valores medianos diferentes para a expressão *Conduzir um veículo sem carta de condução* ( $M_e=2$ ) onde os estudantes de ABF se mostraram mais tolerantes.

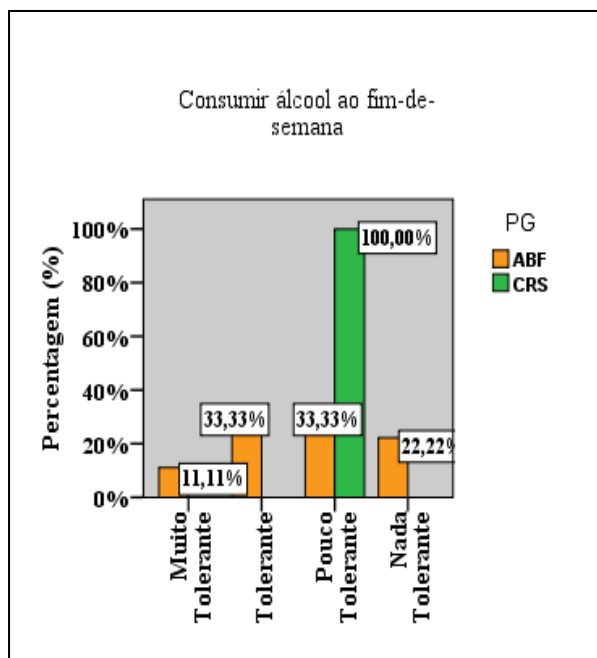
**Tabela 13.** Delinquências

Gravidade associada à prática de situações pelos adolescentes	ABF	CRS	P*
Roubar o rádio/CD de um carro	1	1	0.74
Roubar a bicicleta do vizinho, para vender	1	1	0.56
Usar armas brancas	1	1	0.27
Usar armas de fogo	1	1	0.27
Ter práticas de prostituição, para ter dinheiro	1	1	0.78
Conduzir um veículo sem carta de condução	2	1	0.18

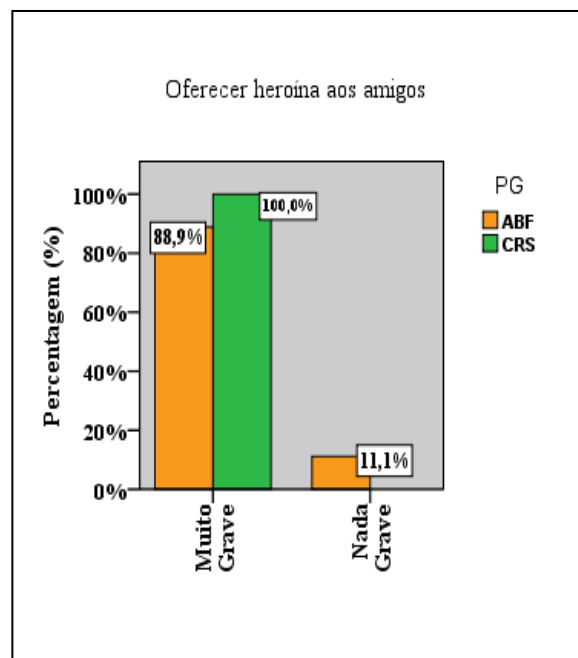
\*Medianas e valor p (Mann-Whitney)

Nos **consumos aditivos e/ou abusivo** (gráficos 26,27) *Consumir álcool ao fim-de-semana* é para a PG-CRS entendida como uma conduta **pouco tolerante** ( $n=5/100\%$ ). Para os estudantes da PG-ABF é uma conduta **tolerante** ( $n=3/33,3\%$ ), embora a mesma percentagem a veja também como **pouco tolerante** ( $n=3/33,3\%$ ).

*Oferecer heroína aos amigos* é uma conduta não tolerável pelos nossos estudantes de ambas as PGs. A totalidade dos respondentes da PG-CRS (n=5/100%) e a maioria dos estudantes da PG-ABF (n=8/88,9%) como  **muito grave**.



**Gráfico 26** (%) Tolerância para a expressão  
*Consumir álcool ao fim de semana*



**Gráfico 27** (%) Gravidade para a expressão  
*Oferecer heroína aos amigos*

De acordo com a Tabela 14 não foram encontradas diferenças significativas entre quaisquer itens no que à comparação entre ABF e CRS diz respeito.

**Tabela 14.** Consumos aditivos e/ou abusivos

Grau de tolerância relativo ao comportamento de jovens adolescentes	ABF	CRS	P*
Consumir álcool ao fim-de- semana	3	3	0.46
<b>Gravidade associada à prática de situações pelos adolescentes</b>			
Oferecer heroína aos amigos	1	1	0.46

\*Medianas e valor p (Mann-Whitney)

**PARTE IV**  
**DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O comportamento delinquente ou inadaptado (visão antropológica ex.: Mead 1963), apresentado pela nossa juventude apesar de ser conhecido que algumas das suas infrações não têm uma intenção propositadamente criminal, representam para os estudantes Pós-Graduados, comportamentos graves e pouco tolerantes. No entanto, como salienta Figueiredo *et al.* (1999), a maioria destes comportamentos são o resultado de problemas de in adaptação destes mesmos jovens à sociedade/cultura.

De facto, se por um lado a nossa análise descritiva indica que a maioria dos estudantes Pós-graduados encara a delinquência juvenil como uma questão grave e pouco tolerante da sociedade, no entanto, também se verificam comportamentos delinquentes que são expressos como tolerantes pelas nossas amostras. Uma explicação plausível, para esta constatação poderá advir destes comportamentos serem específicos de um período de transição da adolescência para a vida adulta, (Dickes e Hauman (1966 *in* Carvalho 2003, Pigeon 1982), sendo expostos como uma experiência casual e temporária da adolescência (ex.: Ferreira 1997).

A nossa primeira aproximação à delinquência juvenil na adolescência centra-se na perceção deste mesmo conceito, pelos nossos estudantes, através da associação livre de palavras. De entre as palavras com maior expressividade encontram-se para ambos os grupos: drogas (14,3%), álcool (11,9%) e o vandalismo, comportamento desviante, agressividade, família e rebeldia (4,7% cada).

A construção das representações sociais, que cada estudante Pós-graduado manifesta, resulta de contatos sociais, culturais e ambientais (Jodelet 1989, Vala 1996, Berger e Luckman 1998). Esta construção vai ser adquirida ao longo da vida, com a família, pelo percurso académico e profissional, no grupo de pares e por outros agentes que conduzem o processo de enculturação como a religião, a ciência, os mitos e o senso comum (Durkheim 1898, Vala 1998)). No entanto, os estudantes da PG-ABF associam a nossa expressão indutora, mais a palavras como: drogas, álcool e vandalismo (Agra e Matos 1997, Ferreira 1999 e Vettenburg 1999). Estas associações têm um lugar de destaque, talvez devido à crescente problematização dos comportamentos juvenis, assim como, esta ser a fase em que os adolescentes (12-16 anos), passam por uma transformação interna e uma afirmação de valores subjacentes à sua personalidade e experimentação de novas sensações. (Farrington 1987, Le Blanc 2003, Moffitt e Caspi 2001 *in* Simões *et al.* 2008, Loeber *et al.* 2003, Marcotte *et al.* 2002).

Por outro lado, para a PG-CRS a expressão indutora é remetida para o comportamento desviante, a agressividade e a família. Para este grupo, o que é certo ou errado, pode estar relacionado pela inadaptação dos jovens à realidade (Figueiredo et al. 1999), fruto de práticas sociais e culturais específicas. Também nos poderá remeter para jovens com grave negligência familiar com comportamentos desviantes e desajustados do grupo etário a que pertencem (Carvalho 2005, Ferreira 1997).

A tolerância a determinadas normas sociais que os adolescentes transgridem no meio familiar, é percebida pela maioria dos nossos estudantes de ambas as PGs como pouco aceitável. Este pensamento vai ao encontro de vários estudos, como por ex.: Moffitt (1993) e Negreiros (2008). A partir da nossa análise constata-se que existe uma proximidade de respostas nada tolerantes entre as duas amostras quando se colocam expressões associadas aos estilos de vida juvenil (retirar dinheiro da carteira dos pais sem conhecimento dos mesmos; sair à noite sem permissão da casa dos pais e fugir de casa).

Entre as relações familiares, de acordo com Carvalho (2005) tem sido referido que a falta de envolvimento parental, a falência da supervisão e disciplina, assim como relações pais-filhos pautadas por conflitos, estão entre os fatores de risco que exercem influência no desenvolvimento do comportamento antissocial dos adolescentes (Negreiros 2008). Estas questões quando analisadas pelos próprios jovens adolescentes, referenciadas nos estudos de Barreto (2010), são descritas como comportamentos normais associados ao estilo de vida. Isto vem demonstrar uma perceção diferente entre os próprios jovens e as nossas amostras.

No entanto, as duas amostras tendem a distanciar-se entre si, com atitudes mais tolerantes quando estão perante um comportamento que é necessário mentir para evitar um castigo. De acordo com a nossa análise, os estudantes da PG-ABF exercem maior tolerância sobre este tipo de comportamento, do que os de CRS. Possivelmente, a perceção atribuída para estes estudantes tem maior impacto na forma como são proferidas, servindo para a obtenção de atitudes tolerantes por parte dos adolescentes (Jodelet 1989; Moscovici 2001; Marques 1997; Vala 1996; Clemence 2003).

Portanto, não é possível afirmar, que os estudantes da PG-CRS possuam representações mais tolerantes dos adolescentes que violam as normas sociais relacionadas com o bom ambiente familiar. O resultado do teste estatístico não apresentou diferenças significativas entre as duas amostras, sendo a expressão *mentir aos pais para evitar um castigo*, que maior tolerância exerceu sobre os estudantes da PG-ABF.

Partimos do pressuposto que os estudantes da PG-ABF tendiam para uma maior tolerância em relação ao comportamento delinquente juvenil na escola. O qual, apesar de não ser punível legalmente, transgride as normas sociais, são considerados de igual forma inaceitáveis pela sociedade (Barreto 2010, Carvalho 2005, Vettenburg 1999). No entanto, quando nos confrontamos com os resultados da pesquisa, no que respeita aos comportamentos aos quais consideramos de “necessidade” são os estudantes de CRS que se mostram mais tolerantes. Uma explicação plausível poderá ser encontrada por esta estar inserida numa perspectiva mais voltada para o serviço social e apresentar maior consciência para as necessidades reais das famílias, assumindo maior compreensão quando falamos por ex.: em tirar o lanche ao colega de turma por ter fome. Ao contrário, nesta perspectiva a PG-ABF não apresenta um consenso (tolerante e nada tolerante).

Por seu lado, verificamos que os comportamentos aos quais apelidamos por “diversão” na escola, são os estudantes da PG-ABF que expressam maior tolerância. De acordo com a nossa análise, em situações em que os adolescentes se distraem sozinhos na sala de aula (jogar no telemóvel), a maioria dos nossos estudantes da PG-ABF, manifesta uma atitude aceitável (tolerante). Ao contrário, se essa distração perturbar os colegas e professores, a mesma atitude não se manifesta tolerante (pouco tolerantes), assim como quando copiam nos testes escolares. Estes comportamentos, numa perspectiva mais ampla, poderão ser entendidos como próprios da idade, numa tentativa dos jovens ultrapassarem dificuldades típicas da adolescência (Silbereisen *et al.* 1987). No entanto, como transgredirem as normas sociais (Barreto 2010, Carvalho 2005, Vettenburg 1999), são apontados como comportamentos pouco tolerantes pelos estudantes da PG-CRS. Embora a maioria dos adolescentes tenha uma tendência para atividades antissociais no meio escolar (Negreiros 2008), são condutas próprias de idades da descoberta (Sampaio 2010), no entanto ambas as amostras manifestam uma atitude negativa para os jovens que fumam na escola e incentivam os colegas a fumar.

Todavia, não foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre as duas amostras, embora para a expressão *tirar o lanche ao colega de turma por ter fome* os estudantes de CRS que deram respostas mais tolerantes, ao contrário de *copiar nos testes da escola* na qual foram os estudantes de AFB que manifestaram uma perceção mais tolerantes.

Relativamente à categoria bairro e vizinhança, os estudantes da PG-ABF manifestaram-se concordantes em alguns dos casos, perante as afirmações apresentadas, revelando uma perceção mais positiva associadas ao vandalismo, como por ex.: grafitar

edifícios públicos. No entanto, os resultados estatísticos não foram diferentes entre os dois cursos, embora seja importante referir que foram encontrados valores medianos diferentes, para os estudantes de AFB a posicionarem-se como mais tolerantes.

Por outro lado, não deixam de mostrar alguma preocupação em relação a situações como por ex.: fazer pontaria com a fiska ao gato do vizinho idoso por diversão. Muitos dos comportamentos manifestados pelos adolescentes, não deixando de ir contra as regras da sociedade, podem ser vistos como necessário para o desenvolvimento e aprendizagem, sendo uma forma de aquisição de novas formas de socialização (Moffitt e Caspi 2000 *in* Matos *et al.* 2009, Serra 2006). Ao contrário para os estudantes da PG-CRS, de uma forma genérica manifestam um desvio das condutas juvenis violando as normas ou expetativas estabelecidas pela sociedade, o que vem ao encontro de vários autores (Matos 2002, Rutter *et al.* 2000, Negreiros 2008, Sá 2002, Vermeiren 2003).

Na nossa análise, no que concerne aos comportamentos em contexto de grupo de pares e tempos livres, verificamos que a maioria dos estudantes de ambas as PGs apresenta atitudes predominantemente desfavoráveis face à delinquência juvenil, quando confrontados com situações comportamentais. Parece-nos aceitável que esse facto possa ser influenciado por razões em que os comportamentos problemáticos que se manifestam no decurso da transição dos jovens para a vida adulta, podendo ser entendidos pelos estudantes, como comportamentos de quebra das condutas sociais convencionais dos adolescentes, decorrentes de um processo de socialização juvenil (Dickes e Hauman 1966 *in* Carvalho 2003), nomeadamente: consumir drogas ilegais para a sua integração no grupo de amigos; brincar com os amigos com a espingarda do pai/avô. De uma forma mais positiva, os estudantes da PG-AFB tendem a manifestar uma maior permissibilidade face a alguns comportamentos nomeadamente: roubar uma coca-cola<sup>®</sup> do supermercado e consumir sem pagar e andar de transportes públicos sem bilhete, o que vai de encontro aos estudos de Beristain *et al.* (1996).

Relativamente ao desvio das normas legais, os nossos estudantes Pós-Graduados tem uma representação menos favorável, face às afirmações apresentadas. Comportamentos relacionados com o roubo, uso de armas, práticas de prostituição e de condução sem habilitações, perante os nossos resultados são manifestados como muito graves, o que vem ao encontro dos estudos de diversos autores (Matos 2002, Rutter *et al.* 2000, Negreiros 2008, Sá 2002, Vermeiren 2003), os quais salientam que este tipo de comportamentos, se traduzem numa violação das normas estabelecidas pela sociedade.



As nossas amostras (ABF e CRS) avaliam com maior gravidade este tipo de comportamentos, relativamente aos analisados anteriormente, ou seja são os chamados crimes “clássicos” (Beristain *et al.* 1996). No entanto, estas representações nos estudos de Malewska e Walgrave (1983) são julgadas mais tolerantes, quando comparadas com situações que envolvem violência física sobre os indivíduos.

A condução sem habilitação legal é manifestada como a conduta mais praticada pelos próprios adolescentes, nos estudos de Barreto (2010), o que pela gravidade e a possibilidade de envolver vítimas não é bem vista pelas nossas amostras.

Apesar da perceção sobre situações que envolvem a prostituição na adolescência por dinheiro, roubo e uso de armas, serem vistas como muito grave (análise descritiva) não foram encontrados valores com significância estatística por ambos os grupos. No entanto, foram encontrados valores medianos diferentes, quando existe um desrespeito pelo código de estrada (a condução se habilitação legal), onde os estudantes de ABF se mostram mais permissíveis.

A revisão da literatura aponta para uma associação entre o consumo de substâncias e a delinquência juvenil (Feijão e Lavado 2006, feijão 2009 e Feijão *et al.*). Essa associação também é manifestada pelas nossas amostras. Oferecer substâncias ilegais aos amigos é percepcionado como algo repreensível e vamos ao encontro dos estudos de (Beristain *et al.* 1996). Apontam como são apresentados de forma diferente o consumo de álcool e de estupefacientes, considerados como comportamentos de maior gravidade. Ao mesmo tempo, as nossas amostras vão contra este estudo nos comportamentos relacionados com o consumo de álcool, mesmo que seja apenas consumido pelos jovens ao fim de semana, sendo os estudantes de ABF mais permissíveis. Os resultados podem ser analisados pelas situações que podem advir do seu consumo. Estes consumos regulares e abusivos podem ser traduzidos num afastamento em relação à família, amigos e meio escolar, e como vem referenciado nos estudos de Carvalho e Leal (2006), os próprios jovens, admitem envolver-se com maior facilidade em situações que envolve violência na escola.

Deste modo, apesar da análise descritiva apresentar diferenças, não é possível confirmar que os estudantes da PG-ABF possuam representações mais tolerantes. O resultado do teste estatístico não apresentou diferenças significativas entre as duas amostras. Da mesma forma, oferecer drogas ilegais aos amigos, manifesta-se de uma forma muito grave (análise descritiva), não são atribuídas diferenças significativas entre ambas.

Os resultados do presente estudo, embora existam algumas diferenças (análise descritiva), acima salientadas, pelo facto de não terem obtido resultados significativos não são

passíveis de generalização. A limitação do tamanho da amostra neste estudo afeta a tentativa de extrapolação dos resultados, pelo que estudos futuros terão de considerar amostras de dimensão superior.

**PARTE V**  
**CONSIDERAÇÕES FINAIS SOCIAIS**

É incontestável o interesse dos investigadores em estudar o comportamento de jovens que transgridem as normas da sociedade. A representação social que cada estudante Pós-graduado elabora sobre a delinquência juvenil, é importante para perceber como idealizam o comportamento adolescente quando sai dos padrões considerados normais.

Independentemente da limitação inerente à dimensão da amostra trabalhada, os resultados mostram que a maioria dos estudantes, são conscientes da gravidade que a delinquência representa na adolescência.

A maioria da PG-CRS é menos tolerantes face à PG-ABF, no que respeita aos comportamentos dos adolescentes que transgridem as normas sociais. Ambas demonstram estar conscientes da gravidade que a delinquência representa na adolescência, sendo os alunos de CRS, os mais suscetíveis à gravidade nas questões relacionadas com as normas legais.

Ao contrário do que colocamos inicialmente. Uma vez que os estudantes de CRS se encontram sobretudo voltados para a área do serviço social e para as questões concretas da importância da reabilitação e reinserção social e os da PG-ABF com uma perspetiva do comportamento desviante na adolescência meramente técnica e mais *formal* do ponto de vista do crime.

Uma explicação possível pode advir, das vivências de cada um, as quais podem estar implícitas nas respostas dadas e influenciar as mesmas. Assim como, as avaliações de determinados comportamentos podem ser analisadas através das representações sociais comuns aos estudantes, fruto de determinadas características sociais e culturais.

Num estudo futuro sugere-se trabalhar com amostras maiores e ser alargado a outros grupos sociais, nomeadamente juízes, policiais, advogados, pais e até aos próprios jovens infratores, o que pelas práticas profissionais que exercem, ideologias e valores morais presentes, os resultados poderão ser extremamente importantes, para perceber como idealizam a delinquência

Neste sentido, torna-se importante dar atenção às relações que os seres humanos tecem sobre esta problemática, assim como (re)pensar a delinquência juvenil na nossa sociedade, não sendo estes comportamentos um fenómeno novo.

## Referências Bibliografia

- Agra, C., e Matos, A. (1997). *Trajetórias Desviantes*. Lisboa, GPCCD: Ministério da Justiça.
- Almeida, J.F., e Pinto, J.M. (1982). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Amit-Talai, V. (1995). Conclusion: The 'multi' cultural of youth. In Amit-Talai, V. e H. Wulff, *Youth Cultures – A cross cultural perspective*. London e New York: Routledge.
- Bardin. L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Barreto, P. (2010). Apresentação do estudo sobre delinquência juvenil, realizado pelo Instituto de Criminologia da Universidade do Porto [versão eletrónica]. *I Jornadas de segurança interna*. Ministério da Administração Interna, pp.63-70. Acedido em 22 de maio de 2012, em:  
[http://www.dgai.mai.gov.pt/pdf/jornadas\\_seguranca\\_i\\_nterna\\_2010\\_184pp.pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/pdf/jornadas_seguranca_i_nterna_2010_184pp.pdf)
- Batalha, L. (1998). Emics-etics revisitado: nativo e antropólogo lutam pela última palavra. *Etnográfica*, vol.2:319-343.
- Batalha, L. (2005). *Antropologia: Uma perspectiva Holística*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*. 4 (XX): 637-645.
- Bender, D., e Losel, F. (1997). Protective and risk effects of peer relations and social support on antisocial behaviour in adolescents from multi-problem milieus. *Journal of Adolescence*, 20: 661-678.
- Berger, P., e Luckmann, T. (1998). *A Construção social da realidade*. Petrópolis: Editora Vozes
- Beristain, A., Castaignede, J., De La Cuesta, J.L., Dendaluze, I., Germam, I., González, M.; Heraut, J.C., Larrañaga, P., Maeso, A., Vidarrazada, E. (1996). La representación social de la delincuencia. *Boletín Criminológico*. Nº24 Noviembre.
- Binder, A.G.G., e Dickson D.B.J. (orgs.) (2001). *Juvenile Delinquency: Historical, Cultural and Legal Perspectives*. Ohio: Anderson Publishing Cº
- Bloch, H.A. e Niederhofer, A. (1958). *The gang: A study in adolescent behavior*. New York, NY: Philosophical Library.
- Bolsanello, A., e Bolsanello, M.A. (1991). *Análise do comportamento humano em psicologia*. 21. ed, Curitiba: Educacional Brasileira.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*, Lisboa, Climepsi Editores.

- Bourgois, P. (1995). *In search of respect: Selling crack in el barrio*. New York: Cambridge University Press.
- Bucholtz, M. (2002). Youth and cultural practice. *Annual Review of Anthropology*. Vol. 31: 525-552
- Campos, R.M.O. (2007). *Pintado a cidade. Uma abordagem antropológica ao graffiti urbano*. Dissertação de Doutoramento. Universidade Aberta
- Carvalho, A.C., e Leal, I.P. (2006). Construção e validação de uma escala de representações sociais do consumo de álcool e drogas em adolescentes. *Psicologia, saúde e doenças*, 7 (2): 287-297.
- Carvalho, M.J.L. (2003). *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, espaços, trajetórias e delinquências*. Oeiras: Celta Editora.
- Carvalho, M.J.L. (2005). Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências. *Sociologia, problemas e Práticas*, 49:71-93.
- Carvalho, M.J.L. (2010). A Delinquência Juvenil Portuguesa em Perspetiva In MAI (org.), *I Jornadas de Segurança*, Ministério da Administração Interna, Lisboa.
- Casanova, C. (2006). *Introdução à Antropologia Biológica: Princípios Evolutivos, Genética e Primatologia*. Lisboa: ISCSP e FCT.
- Casanova, C., Sousa, C. e Costa, S. (in press). Are Animals and Forests Forever? Perceptions of Wildlife at Cantanhez Forest National Park, Guinea-Bissau Republic. In Casanova, C and S. Frias (eds) *MEMÓRIA* (número especial sobre Antropologia do Ambiente), Sociedade de Geografia de Lisboa: Lisboa.
- Caspi, A. (2000). A criança é o pai do homem: Continuidades na personalidade, da infância à vida adulta. *Psychologica*, 24:21-54.
- Ceolin, L. (2003). *A construção dos vínculos afetivos e sociais do adolescente em conflito com a lei*. Unpublished master's thesis, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Claes, M. (1985). *Os problemas da adolescência*. Lisboa: Verbo.
- Clarke, R. e Cornish, D. (1985). Modelling offenders' decisions: A framework for research and policy. In M. Tonry, e N. Morris (Eds.), *Crime and justice: An annual review of research*, (Vol. 6) (pp. 147-185). Chicago: University of Chicago Press.
- Clemence, A. (2003). Sens et analyse des différences dans les representations sociales. In J.C. Abric (Ed.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 165-178). Paris: Eres.
- Coimbra de Matos, A. (1977). Delinquência juvenil e psiquiatria da adolescência. In *Jornal do Médico*. 4: 71-75.

- Coslin, P.G. (1999). *Les adolescents devant les déviances*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Coslin, P.G., e Brunet, L. (1983). Aspects de la représentation de la délinquance dans un échantillon d'adolescents. *Bulletin de Psychologie*. 36, 359:249-263.
- Costa, J.M.B. (1999). *Práticas Delinquentes - De uma criminologia do anormal a uma antropologia da marginalidade*. Lisboa: Edições Colibri.
- Crosnoe, R., Erickson, K.G., e Dornbusch, S.M. (2002). Protective functions of family relationships and school factors on the deviant behavior of adolescent boys and girls – Reducing the impact of risky friendships. *Youth & Society*. 33(4), 515-544.
- Cusson, M. (2011). *Criminologia*. Alfragide, Casa das Letras
- Darren, G. e P. Mallery. (2003). *SPSS for Windows step by step: a simple guide and reference, 11.0 update*. Boston: Allyn and Bacon.
- DSEP (2012). Síntese Estatística – Atividade Operativa de Reinserção Social, Ministério da Justiça.
- Doise, W. (1994). Attitudes et représentations sociales. In Jodelet, D. (Org.), *Les représentations sociales* (pp.220-238). Paris: Presses Universitaires de France.
- Doise, W. e Papastamou, S. (1987). Représentations sociales des causes de la délinquance. *Déviance et Société*, 11, 2, 153-162.
- DSEP (2012). *Síntese Estatística - Atividade Operativa de Reinserção Social*, Ministério da Justiça.
- Durkheim, E. (1898). Représentations Individuelles et Représentations Collectives. *Revue de Métaphysique et Morale*.
- Durkheim, E. (1900). Deux lois de l'évolution pénale. *L'Année Sociologique*, 65-95.
- Durkheim, É. (1912). *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Paris: PUF.
- Edgerton, R. B. (1973). Deviant behavior and cultural theory. *Addison-Wesley Module in Anthropology*, 37, 1–40.
- Espiritu, R. C., Huizinga, D., Crawford, A. M., e Loeber, R. (2001). Epidemiology of Self-Reported Delinquency. In Loeber, R., e D. P. Farrington (Eds.), *Child delinquents: Development, intervention, and service needs*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Esteves, A. (1999). *A criminalidade na cidade de Lisboa: uma geografia da insegurança*. Lisboa: Edições Colibri.

- Faria, M. (2008). *O auto-conceito e a resolução de problemas na delinquência juvenil*. Tese de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.
- Farrington, D.P. (1987). Epidemiology. In Quay, H. C. (Eds), *Handbook of juvenile delinquency* (pp. 33-59). New York: John Wiley & Sons.
- Fauconnet, P. (1920). *La responsabilité*. Paris : Felix Alcan.
- Faugeron, C. (1983). Représentations sociales de la déviance et de l'intervention pénale. *Bulletin de Psychologie*, 359, 299-307.
- Ferreira, P.M. (1997). Delinquência juvenil, família e escola. *Análise Social*, nº143/144, Vol. XXXII, 4º-5º. 913-924
- Feijão, F. e Lavado, E. (2006). *Os Adolescentes e a Droga - Portugal 2003*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Feijão, F. (2009). *Estudo sobre os Consumos de Álcool, Tabaco e Drogas, Portugal - 2007. Relatório Preliminar*. Consultado a 12 de março de 2013 em: <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>.
- Feijão, F. (2012a). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2011. 3.º Ciclo do Ensino Básico: Consumo de drogas e outras substâncias psicoactivas*. Consultado a 12 de março de 2012 em: [http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Documents/2012/INME2011\\_3ciclo%20\(2\).pdf](http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Documents/2012/INME2011_3ciclo%20(2).pdf)
- Feijão, F. (2012b). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2011. Ensino Secundário: Consumo de drogas e outras substâncias psicoactivas*. Consultado a 12 de março de 2013 em: [http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Documents/2012/INME2011\\_secundario\\_rev.pdf](http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Documents/2012/INME2011_secundario_rev.pdf)
- Feijão, F., e Lavado, E. (2012). *Estudo sobre o consumo de álcool, tabaco e drogas - ECATD 2011*. Consultado a 12 de março de 2013 em: [http://www.idt.pt/PT/ComunicacaoSocial/ComunicadosImprensa/Documents/ECATD\\_ESPA\\_D\\_Portugal\\_16NovResultados.pdf](http://www.idt.pt/PT/ComunicacaoSocial/ComunicadosImprensa/Documents/ECATD_ESPA_D_Portugal_16NovResultados.pdf).
- Feijó, M. C., e Assis, S. G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 157-166.
- Feixa, C. (1999). Ethnologie et cultures des jeunes – Des tribus urbaines aux chavos banda. *Societés*, nº 63: 105-118.
- Feixa, C. (2006). *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona, Ariel.
- Fergusson, D. M., Wanner, B., Vitaro, F., Horwood, L. J., e Swain-Campbel, N. (2004). Deviant Peer Affiliations and Depression: Confounding or Causation? *Journal of Abnormal Child Psychology*, 31(6), 605-618.



- Ferreira, P.M. (1999). *Desvio e Juventude: Causas Sociais da Delinquência Juvenil*. Dissertação de doutoramento. UTL-ISCTE, Lisboa
- Figueiredo, Alexandra Lemos; Catarina Lorga da Silva; Vítor Sérgio Ferreira (1999), *Jovens em Portugal. Análise longitudinal de Fontes Estatísticas: 1960-1995*, Oeiras, Celta Editora.
- Fletcher, R. (1891). The new school of criminal anthropology. *American Anthropologist*, 4(3): 201–236.
- Fonseca, A.C. (2004). *Comportamento Antissocial e Crime. Da Infância à Idade Adulta* Coimbra: Almedina.
- Fradique, T. (2003). *Fixar o movimento – Representações da música rap em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Frechette, M., e LeBlanc, M. (1987). *Délinquances et délinquants*. Québec: Gaetan Morin.
- Freeman, D. (1983). *Margaret Mead and Samoa: the making and unmaking of an anthropological myth*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Freilich, M., Raybeck, D., e Savishinsky, J. (eds.) (1991). *Deviance: Anthropological Perspectives*. New York: Bergin e Garvey.
- Gassin, R. (1990). *Criminologie*. Paris: Editions Dalloz.
- Ghiglone, R., e Matalon, M. (1997). *O Inquérito. Teoria e prática*. Oeiras: Celta editora
- Gibbs, D.C. (1969). Crime and punishment: A study in social attitudes. *Social Forces*, 47, 391-397
- Gouveia-Pereira, M. (2009). Perceções de justiça e comportamentos desviantes na adolescência – Que ética?. *Livro de Atas do III Colóquio Europeu de Psicologia e Ética*. Lisboa: ISPA.
- Haguerre, T.M.F. (1990). *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Brasil: Petrópolis
- Hamilton, V.L., e Rytina, S. (1980). Social consensus on norms of justice : Should the punishment fit the crime ? *American Journal of Sociology*, 85, 5: 1117-1144.
- Haviland, W.A. (2006). *Anthropology*. New York: Holt, Rinehart and Winston
- Herzlich, C. (1969). *Santé et Maladie. Analyse d'une Représentation Sociale*, Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Horowitz, I.L. (1962). Crime, custom and culture. *International Journal of Comparative Sociology*, 3, 229–244.
- Huynh-Hohnbaum, A.L.T. (2003). *Understanding Delinquent Peer Influences Using a Social Network Approach*. Doctoral dissertation, University of California, Los Angeles.

- Jeroslow, P. (2011). Anthropological Theories of Crime and Delinquency. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 21( 3): 255-269.
- Jessor, R., Vandebos, J., Vanderryn, J., Costa, F. M., e Turbin, M. S. (1995). Protective Factors in Adolescent Problem Behavior – Moderator Effects and Developmental-Change. *Developmental Psychology*, 31(6), 923-933.
- Jodelet, D. (1984). *Représentation Sociale: Phénomènes, Concep et Théoriet*. Psychologie Sociale Paris: PUF
- Jodelet, D. (1989). *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Jonson-Reid, M., & Barth, R. P. (2000). Form maltreatment report to juvenile incarceration: The role of child welfare services. *Child Abuse e Neglect*, 24(4), 505-520.
- Jourdan, C. (1995). Masta Liu. In Amit-Talai, V., e H. Wulff, *Youth Cultures – A cross cultural perspective* London e New York: Routledge.
- Kohlberg, L., Levine, C., e Hwer, A. (1983). *Moral stages: A current formulation and a response to critics*. Suisse: Karger.
- Layton, R. (1997). *An introduction to theory in anthropology*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- LeBlanc, M. (2003). La conduite délinquante des adolescents: son développement et son explication. In Le Blanc, M., M. Ouimet e D. Szabo (dirs.), *Traité de Criminologie empirique*. Québec, Les presses de l'Université de Montréal, pp. 367-420.
- Lemos, I.T.L. (2010). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delinquente. *Análise Psicológica*, 1 (XXVIII): 117-132
- Leukefeld, C. G., Logan, T. K., Clayton, R. R., Martin, C., Zimmerman, R., Cattarello, A., Milich, R., & Lynam, D. (1998). Adolescent Drug Use, Delinquency, and Other Behaviors. In Gullotta, T. P., G.R. Adams, R. Montemayor, (Eds), *Delinquent violent youth: Theory an interventions* (pp. 98-261). London: Sage Publications.
- Lei Tutelar Educativa, Diário da República nº215, Série I-A: 6320-6351.
- Liechty, M. (1995). Media, markets and modernization: youth identities and experience of modernity in Kathmandu, Nepal. In Amit-Talai, V., & H. Wulff, *Youth Cultures – A cross cultural perspective*. London eNew York: Routledge.
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of psychology*, 140: 1-55.
- Lima, L.P. 2006. In Vala, J. e M.B. Monteiro, (coords.), *Psicologia Social*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- Loeber, R., Farrington, D.P., e Petechuck, D. (2003). Child delinquency: Early intervention and prevention. *Child delinquency* (May): 3-19.
- Loeber, R., Farrington, D. P., Stouthamer-Loeber, M., Moffitt, T. E., Caspi, A., e Lynam, D. (2001). Male mental health problems, psychopathy, and personality traits: Key findings from the first 14 years of the Pittsburgh youth study. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 4(4), 273-297.
- Loeber, R., Farrington, D. P., e Waschbusch, D. A. (1998). Serious and violent juvenile offenders. In Loeber, R., & D. P. Farrington (Eds.), *Serious & violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 13-29). London: Sage Publications.
- Luzes, C. A. (2010). *Um olhar psicológico sobre a delinquência*. Acedido a 12 de março de 2012 em: [http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver\\_artigo.php?codigo=A05200](http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A05200).
- Malewska, H., Peyre, V., e Bonerandi, J. P. (1979). *Attitudes envers les delits des jeunes eux-memes* (Collections Enquêtes et recherches, Vol. 12). Vancresson, France.
- Malewska, H., Peyre, V., e Bonerandi, J.P. (1980). *Attitudes envers les délits*. Enquêtes et recherches de Vaucresson.
- Malewska, H., e Walgrave, L. (1983). Approche theorique et methodo. logique. In Bonerandi J.P. (Org.). *Délits des jeunes et jugement social* (pp. 5-34). Paris: Fondation de la Maison des Sciences de L'Homme.
- Mannheim, H. (1984). *Criminologia Comparada*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marcotte, G., Marcotte, D., e Bouffard, T. (2002). The influence of familial support and dysfunctional attitudes on depression and delinquency in an adolescent population. *European Journal of Psychology of Education*, XVII (4): 363-376.
- Mark, K. (1973). *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Estampa.
- Marques, A. (1997). Representação e linguagem, artigo publicado no nº10 da Revista da F.C.S.H. – *O conceito de representação* (pp. 13 a 23), Lisboa: Colibri.
- Matos. A.C. (2002). *Adolescência*. Lisboa: Climepsi
- Matos, M. (1996). Adolescer e delinquir. *Análise Psicológica*, XIV (1):23-29
- Matos, M, Negreiros, J., Simões, C. e Gaspar, T. (2009). *Violência, bullying e delinquência*. Lisboa: Coisas de Ler - Edições Unipessoal.
- Mead, M. (1963). *Sex and temperament in three primitive societies*. London: Routledge e Kegan Paul.

- Medeiros, M. T. (2000). Conceito de adolescência. In M. T. Medeiros e A. I. Serpa (Org.), *Adolescência: abordagens, investigações e contextos de desenvolvimento* (pp. 12-27). Açores: Direção regional da Educação.
- Moffitt, T. (1993). Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. *Psychological Review*, 100: 674-701.
- Moore, J. D. (2009). *Visions of culture*. New York: AltaMira Press.
- Morin, E. (1986). *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Morse, J. M. (1994). *Designing founded qualitative research*. In N. K. Denzin e Y. S.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son Image et son Publique*. PUF: Paris.
- Moscovici, S. (1969). *Santé et Maladie, Analyse d'une Représentation Sociale*. Haia: Mouton.
- Moscovici, S. (org.), (1972). *Introduction à la Psychologie Sociale*. Paris: Librairie Larousse.
- Moscovici, S. (1976). *Social Influence and Social Change*. Academic Pres: Londres.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Moscovici, S. (org.) (1984). *Psychologie Sociale*. Presses Universitaires de France, Paris.
- Moscovici, S. (2001). *Social Representations: Explorations in Social Psychology*. New York: University Press, New York.
- Mulvey, E. P., Arthur, M. W., e Reppucci, N. D. (1993). The prevention and treatment of juvenile delinquency: A review of the research. *Clinical Psychology Review*, 1: 133-167.
- Mucchielli, L. (2001). *Violences et insécurité: Fantômes et réalités dans le débat français*. Paris: La Découverte.
- Nunnally, J. (1978). *Psychometric theory*. New York: McGraw-Hill.
- Nardi, F.L., e Dell'Aglio, D.D. (2010). *Delinquência juvenil: uma revisão teórica*. Act.Colom.Psicol. [online]. vol.13, n.2: 69-77.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis: trajetórias intervenção e prevenção*. Porto: Legis Editora.
- Ocquetau, F., e Perez Diaz, C. (1989). *Justice pénale, délinquances, déviances : Evolution des représentations dans la société française*. Paris: Centre de Recherches Sociologiques sur les Droits et les Institutions Pénales, n° 50.
- Ogien, A. (1995). *Sociologie de la déviance*. Paris: Armand Colin.

- Patterson, G. R., e Yoerger, K. (2002). A developmental model for early – and late – onset delinquency. In Reid, J.B., G. R. Patterson, e J. Snyder (Eds.), *Antissocial Behavior in children and adolescents: a developmental analysis and model for intervention*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Peiser, N. C., e Heaven, P. C. L. (1996). Family influences on self-reported delinquency among high school students. *Journal of Adolescence*, 19, 557-568.
- Pereira, A. (2003). *Guia prático de utilização do SPSS: análise de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa: Sílabo.
- Pingeon, D. (1982). *La delinquance juvénile stigmatisée*. Genève: Université de Genève, Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Éducation.
- Poiares, C. (2006). Transgressionalidades Juvenis – A Delinquência Sub-18: Uma Abordagem Juspsicológica. In Portugal. Instituto de reinserção Social, ed. Lit. *Centro Educativo da bela Vista Delinquência Juvenil: Intervenção em Instituições de Reinserção Social*. Lisboa: C.E.B.V.:147-162.
- Pradel, J. (1991). *Histoire des Doctrines Pénales*. France: Presses Universitaires de France.
- Pral, C (2007). *Oportunidade e risco: suporte social e factores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Roché, S. (2001). *La délinquance des jeunes: Les 13-19 ans racontent leurs délits*. Paris: Seuil.
- Rutter, M., Giller, H., e Hagell, A. (2000). *La conducta antisocial de los jóvenes*. Madrid: Cambridge University Press.
- Sá, E. (2002). *Adolescentes somos nós*. Lisboa: Edições Fim de Século.
- Salas, D. (1998). *La délinquance des mineurs*. Paris: La documentation française
- Sampaio, M.B.G. (2010). *O outro lado da vida*. Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.
- Sampieri, R.H, Collado, C.F e Lúcio, P. B. (2007). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: Mc Graw Hill
- Sansone, L. (1995). The making of a black youth culture: lower-class young men of urinamese origin in Amsterdam. In Amit-Talai, V. & H. Wulff, *Youth Cultures – A cross cultural perspective*, London e New York: Routledge.
- Serra, A. (2006). *O Risco de Transgredir: Estudo Prospetivo Longitudinal Acelerado numa Perspetiva Desenvolvimental*. Tese de doutoramento não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.

- Schade-Poulsen, M. (1995). The power of love: rai music and youth in Algeria. In Amit-Talai, V. e H. Wulff, *Youth Cultures – A cross cultural perspective*, London e New York: Routledge.
- Schneider, J., e Schneider, P. (2008). The anthropology of crime and criminalization. *Annual Review of Anthropology*, 37:351-373.
- Shoemaker, D.J. (2000). *Theories of delinquency: An examination of explanations of delinquent behavior* (4a ed.). Nova York: Oxford University Press
- Siegel, S., e Castellan, N.J. (2006). *Nonparametric statistics for the behavioral sciences*. New York, NY: McGraw-Hill.
- Silbereisen, R., Noack, P., e Reitzle, M. (1987). Sobre os problemas do comportamento na adolescência: Observações de campo e avaliação longitudinal. *Análise Psicológica*, 4(5), 509-541
- Silva, D., e Hutz, C. (2002). Abuso infantil e comportamento delinquente na adolescência: prevenção e intervenção. In Hutz, C.S. (Org.), *Situações de risco evulnerabilidade na infância e na adolescência: aspetos teóricos e estratégias de intervenção*. (pp.151-185). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silva, G. M. (2001). *Direito Penal Português. Parte Geral I – Introdução e teoria da lei penal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Simões, C., Matos, M. G. e Batista-Foguet, J. M. (2008). Juvenile Delinquency: Analysis of Risk and Protective Factors Using Quantitative and Qualitative Methods. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*, XII (4) (December), 389-408.
- Sistema de Segurança Interna (2010). *Relatório Anual de Segurança Interna 2009*, Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Sistema de Segurança Interna (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna 2010*, Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Sistema de Segurança Interna (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna 2011*, Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Sousa, A. (1998). *Ética e técnica na cultura contemporânea*. Acedido a 12 de março de 2012 em: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt).
- Teixeira, M. J. (2000). *Comportamento criminal perspectiva biopsicológica*. Linda-a-Velha: Vale e Vale Editores.
- Vala, J. (1996). Representações sociais: Para uma psicologia social do pensamento social. In Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (coord.), *Psicologia social*. Pp. 353-384. Lisboa: Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian.

- Valentim, A. (1997). *Representações Sociais da Droga e da Toxicodependência. Um Estudo Empírico na Península de Setúbal Junto de Párocos e Médicos*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Vettenburg, N. (1999). *Violence in schools: Awareness-raising, prevention, penalties*. General Report. Luxembourg: Council of Europe Publications.
- Vigil, J.D. (2003). Urban violence and street gangs. *Annual Review of Anthropology*. 32: 225-242.
- Vermeiren. R. (2003). Psychopathology and delinquency in adolescents: a descriptive and developmental perspective *Clinical Psychology Review*, 23:277-318.
- Wolfgang, M., Figlio, R., e Sellin, T. (1972). *Delinquency in a birth cohort*. Chicago: University of Chicago Press.

## **Anexos**

Anexo A – Questionário por inquérito

Anexo B - Resultado do teste para a normalidade (*kolmogorov-semirnov*)





Superior de Ciências Sociais e Políticas  
Universidade Técnica de Lisboa

**INQUÉRITO SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO COMPORTAMENTO DESVIANTE  
DOS  
ADOLESCENTES (12/16 ANOS)**

Este inquérito destina-se a recolher dados, para a dissertação de Mestrado em Antropologia no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa, sobre o tema em estudo: Representações sociais sobre a delinquência: Estudo Comparativo entre os estudantes das PGs de Antropologia Biológica e Forense e de Criminologia e Reinserção Social.

Agradecemos a sua participação. A sua opinião é importante para nós.

**Todos os dados recolhidos serão tratados de forma a manter a confidencialidade e o anonimato dos inquiridos. Por favor não escreva o seu nome em nenhuma parte do questionário.**

Inquérito n.º \_\_\_\_\_

**PARTE I - PERFIL SOCIO-DEMOGRÁFICO**

(Este grupo de questões diz respeito às características dos inquiridos. Escolha apenas uma das opções seguintes, respondendo por extenso à pergunta 1 e 4.)

1. **Idade:** \_\_\_\_\_ anos.

2. **Sexo:** ☐ Masculino  
☐ Feminino

3. **Curso que frequenta:** ☐ 1. Antropologia Biológica e Forense  
☐ 2. Criminologia e Reinserção Social

4. **Naturalidade:** ☐ 1. Zona rural. Especifique o concelho: \_\_\_\_\_  
☐ 2. Zona urbana. Especifique o concelho: \_\_\_\_\_

## PARTE II – REPRESENTAÇÕES DO COMPORTAMENTO DESVIANTE

(Os seguintes grupos de questões incidem sobre o posicionamento dos inquiridos face às representações do comportamento desviante)

### 5. Refira 3 palavra que associa à delinquência juvenil na adolescência

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

[Para cada uma das questões apresentadas com uma escala de resposta de 1 a 5, assinale a sua opção considerando que na escala o valor 1 representa um nível muito elevado da característica avaliada (ex.: muito tolerante), enquanto o valor 5 representa um nível mais baixo (ex.: não sabe)].

6. Como classifica o seu grau de tolerância em relação aos seguintes comportamentos de jovens adolescentes (**12 aos 16 anos**).  
(marque com um X, a opção que considera mais adequada do seu ponto de vista)

CONTEXTOS E COMPORTAMENTOS	1.Muito tolerante	2.Tolerante	3.Pouco Tolerante	4.Nada tolerante	5.Não sabe
1.Roubar uma coca-cola® do supermercado e consumir sem pagar					
2.Jogar jogos no telemóvel na sala de aulas					
3.Ouvir musica muita alta, durante a noite incomodando os vizinhos					
4.Apoderar-se da caneta ao colega da escola sem autorização, porque se esqueceu da sua					
5.Sair à noite, sem permissão da casa dos pais					
6.Fumar na escola e incentivar os colegas a fumar também					
7.Perturbar os colegas e professores na sala de aulas					
8.Copiar nos testes da escola					
9.Tirar o lanche ao colega de turma por ter fome					
10.Retirar dinheiro da carteira dos pais sem conhecimento dos mesmos					
11.Fazer pontaria com a fisga ao gato do vizinho idoso por diversão					
12.Pegar na bicicleta do vizinho para dar uma volta sem autorização e devolver a seguir					
13.Brincar com os amigos com a espingarda do pai/avô					
14.Consumir álcool ao fim-de- semana					
15.Mentir aos pais para evitar um castigo					
16.Fugir de casa					

[Para cada uma das questões apresentadas com uma escala de resposta de 1 a 5, assinale a sua opção considerando que na escala o valor 1 representa um nível muito elevado da característica avaliada (ex.: muito grave), enquanto o valor 5 representa um nível mais baixo (ex.: não sabe)].

7. Quando praticadas por adolescentes (**12 aos 16 anos**), no seu entender cada uma das situações apresentadas é:  
(marque com um X, a opção que considera mais adequada do seu ponto de vista)

CONTEXTOS E COMPORTAMENTOS	1.Muito grave	2.Grave	3.Pouco Grave	4.Nada grave	5.Não sabe
17.Grafitar edifícios públicos					
18.Andar de transportes públicos sem bilhete					
19.Usar armas brancas					
20.Usar armas de fogo					
21.Vandalizar jardins, lixeiras e bancos de jardim					
22.Ter práticas de prostituição, para ter dinheiro					
23.Roubar o rádio/CD de um carro					
24.Consumir drogas ilegais para a sua integração no grupo de amigos					
25.Conduzir um veículo sem carta de condução					
26.Roubar a bicicleta do vizinho, para vender					
27.Oferecer heroína aos amigos					

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO

## Anexo B - Resultado do teste para a normalidade (*kolmogorov-smirnov*<sup>a</sup>)

### Teste (*kolmogorov-smirnov*<sup>a</sup>)

Expressões	PG	Statistic	df	Sig.
Roubar uma coca-cola® do supermercado e consumir sem pagar	ABF	,248	9	,116*
	CRS	,300	5	,161*
Jogar jogos no telemóvel na sala de aulas	ABF	,269	9	,059*
	CRS	,367	5	,026
Ouvir musica muita alta durante a noite incomodando os vizinhos	ABF	,275	9	,048
	CRS	,300	5	,161*
Apoderar-se da caneta ao colega da escola sem autorização porque se esqueceu da sua	ABF	,223	9	,200*
	CRS	,367	5	,026
Sair à noite sem permissão da casa dos pais	ABF	,333	9	,005
	CRS	,473	5	,001
Fumar na escola e incentivar os colegas a fumar também	ABF	,414	9	,000
	CRS	-	-	-
Perturbar os colegas e professores na sala de aulas	ABF	,356	9	,002
	CRS	-	-	-
Copiar nos testes da escola	ABF	,269	9	,059*
	CRS	,300	5	,161*
Tirar o lanche ao colega de turma por ter fome	ABF	,286	9	,033
	CRS	,367	5	,026
Retirar dinheiro da carteira dos pais sem conhecimento dos mesmos	ABF	,356	9	,002
	CRS	,367	5	,026
Fazer pontaria com a fisga ao gato do vizinho idoso por diversão	ABF	,396	9	,000
	CRS	,367	5	,026
Pegar na bicicleta do vizinho para dar uma volta sem autorização e devolver a seguir	ABF	,209	9	,200*
	CRS	,231	5	,200*
Brincar com os amigos com a espingarda do pai/avô	ABF	,519	9	,000
	CRS	-	-	-
Consumir álcool ao fim-de- semana	ABF	,192	9	,200*
	CRS	-	-	-
Mentir aos pais para evitar um castigo	ABF	,248	9	,116*
	CRS	,300	5	,161*
Fugir de casa	ABF	,408	9	,000
	CRS	-	-	-
Grafitar edifícios públicos	ABF	,259	9	,083*
	CRS	,241	5	,200*
Andar de transportes públicos sem bilhete	ABF	,278	9	,044
	CRS	,367	5	,026
Usar armas brancas	ABF	,447	9	,000
	CRS	-	-	-
Usar armas de fogo	ABF	,447	9	,000
	CRS	-	-	-
Vandalizar jardins lixeiras e bancos de jardim	ABF	,341	9	,003
	CRS	,473	5	,001
Ter práticas de prostituição para ter dinheiro	ABF	,466	9	,000
	CRS	,473	5	,001
Roubar o rádio/CD de um carro	ABF	,519	9	,000
	CRS	,473	5	,001

Consumir drogas ilegais para a sua integração no grupo de amigos	ABF	,259	9	,083*
	CRS	,231	5	,200 *
Conduzir um veículo sem carta de condução	ABF	,269	9	,059*
	CRS	,473	5	<b>,001</b>
Roubar a bicicleta do vizinho. para vender	ABF	,375	9	<b>,001</b>
	CRS	,473	5	<b>,001</b>
Oferecer heroína aos amigos	ABF	,519	9	<b>,000</b>
	CRS	-	-	-

\* valor superior a 0,05

a. Lilliefors Significance Correction